

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS E ENGENHARIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIO E DESENVOLVIMENTO

JOSÉ HIMI NDAMBUCA

HISTÓRIAS CRUZADAS: EXTENSÃO RURAL NO BRASIL (Do Oiapoque ao Chuí)
E ANGOLA (De Cabinda ao Cunene)

Tupã
2021

JOSÉ HIMI NDAMBUCA

**HISTÓRIAS CRUZADAS: EXTENSÃO RURAL NO BRASIL (Do Oiapoque ao Chuí)
E ANGOLA (De Cabinda ao Cunene)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de Tupã, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Agronegócio e Desenvolvimento.

Área de concentração: Agronegócio e Desenvolvimento

Linha de pesquisa: Meio Ambiente e Desenvolvimento

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cristiane Hengler Corrêa Bernardo.

Coorientadores: Prof.^a Dr.^a Ana Elisa Bressan Smith Lourenzani e Prof. Dr. Roberto Bernardo.

**Tupã
2021**

Ficha catalográfica elaborada pela Seção Técnica de Biblioteca e Documentação da FCE – Unesp, Câmpus Tupã:

N239h Ndambuca, José Himi
Histórias Cruzadas: extensão rural no Brasil (do Oiapoque ao Chui) e em Angola (De Cabinda ao Cunene). / José Himi Ndambuca. – Tupã: [s.n.], 2021.
88 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento)
– Universidade Estadual Paulista UNESP – Faculdade de Ciências e Engenharia, 2021.

Orientadora: Cristiane Hengler Corrêa Bernardo
Coorientadora: Ana Elisa Bressan Smith Lourenzani
Coorientador: Roberto Bernardo.

1. Extensão Rural. 2. Desenvolvimento Rural. 3. Comunicação Rural. 4. História da Extensão Rural. I. Título. II. Autor.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Tupã



CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: HISTÓRIAS CRUZADAS: EXTENSÃO RURAL NO BRASIL (Do Oiapoque ao Chui) E ANGOLA (De Cabinda ao Cunene)

AUTOR: JOSÉ HIMI NDAMBUCA


ORIENTADORA: CRISTIANE HENGLER CORRÊA BERNARDO

COORIENTADORA: ANA ELISA BRESSAN SMITH LOURENZANI

COORIENTADOR: ROBERTO BERNARDO

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Mestre em AGRONEGÓCIO E DESENVOLVIMENTO, pela Comissão Examinadora:

Profa. Dra. CRISTIANE HENGLER CORRÊA BERNARDO (Participação Virtual)
Departamento de Gestão, Desenvolvimento e Tecnologia / Faculdade de Ciências e Engenharia - FCE - UNESP - Tupã/SP


Professora Associada MARIA CRISTINA GOBBI (Participação Virtual)
Departamento de Comunicação Social da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação - FAAC - UNESP - Bauru/SP


Prof(a). Dr(a). RICARDO CÉSAR GONÇALVES SANT'ANA (Participação Virtual)
Departamento de Gestão, Desenvolvimento e Tecnologia / Faculdade de Ciências e Engenharia - FCE - UNESP - Tupã/SP

Tupã, 15 de março de 2021

Dedico aos meus queridos Pais José Miúdo Ndambuca e a Filomena José Ndambuca, a minha amada esposa Ivone Benzala Mateus e as minhas queridas filhas Filomena Ndambuca, Suzana Ndambuca, Alicia Ndambuca e a Miriam Ndambuca.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida e por ter concretizado o meu objetivo.

Ao Instituto Nacional de Gestão e Bolsas de estudos “INAGBE” por ter me cedido a bolsa de estudos.

Os meus profundos agradecimentos a minha orientadora incansável a Profa. Dra. Cristiane Hengler Corrêa Bernardo e os coorientadores a Profa. Dra. Ana Elisa Bressan Smith Lourenzani e o Prof. Dr. Roberto Bernardo, que têm sabido me moldar para os caminhos da ciência.

Agradeço com antecipação a banca de defesa em nome do Prof. Dr. Ricardo César Gonçalves Sant’ana e do Prof. Dr. Ferenc Istvan Bánkuti. Agradeço também a Profa. Dra. Kássia Watanabe (*In memorian*) as imensas contribuições durante a qualificação. Tenho certeza que hoje descansa na paz de Deus.

A terminar agradeço o Programa de Pós-graduação de Agronegócios e Desenvolvimento “PGAD” da Unesp, ao corpo docente e a todos colegas os meus profundos agradecimentos.

“A lonjura da tua voz não é apenas dos amplos vales de Minas Gerais:
abarca a negra imensidão do oceano azul que em galeras te levou
das praias invadidas do Congo, Ndongo e Benguela,
alcança os planaltos ancestrais de onde te arrancaram ao coração da terra,
sem suspeitar que na tua voz ia a alma de todos os homens do mundo”.
(JOÃO MELO, Canção para Milton do Nascimento)

JOSÉ HIMI NDAMBUCA

NDAMBUCA, José Himi. **Histórias Cruzadas:** Extensão rural no Brasil (do Oiapoque ao Chuí) e em Angola (De Cabinda ao Cunene). 2021. 88f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento) – Faculdade de Ciências e Engenharia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Tupã, 2021.

RESUMO

A história da extensão rural no Brasil e em Angola, dois países de continentes diferentes e separados por mais de 7500 km de oceano, tem mais em comum do que se pode pensar. Apesar de ambos os países serem marcados por histórias distintas, a colonização portuguesa, pode ter sido uma das responsáveis por algumas trajetórias semelhantes. De um lado se tem o Brasil, ocupando o lugar de 3º maior exportador agrícola do mundo e do outro se tem a Angola, com grande potencial agrícola a ser explorado, mas ainda recuperando sua atividade agrícola, extremamente reduzida em função da tardia independência do país, que só ocorreu em 1975, e da guerra civil, que durou 27 anos. Nesse contexto, esta dissertação tem como objetivo compreender as convergências e divergências entre as políticas públicas de extensão rural do Brasil e Angola para que se possa estimular a cooperação entre ambos os países. Para tanto, se fez uso da metodologia histórica, utilizando análise documental e bibliográfica. Em síntese, como resultado esta pesquisa ao discutir as possibilidades dialógicas entre as extensões rurais brasileira e angolana, ofereceu subsídios para que as mesmas possam propiciar possibilidades para acordos de cooperação entre os países, em uma relação não pautada apenas por interesses diplomáticos direcionados à exploração econômica, mas principalmente para o desenvolvimento rural da Angola, transformando o Brasil em protagonista em uma história que se cruza desde os navios negreiros, mas que na atualidade objetiva relações bilaterais fraternais.

Palavras-chave: Extensão rural. Desenvolvimento rural. Comunicação rural. História da Extensão Rural no Brasil e Angola.

NDAMBUCA, José Himi. *Cross Stories: Rural extension in Brazil (from Oiapoque to Chuí) and Angola (from Cabinda to Cunene)*. 2021. 88f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento) – Faculdade de Ciências e Engenharia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Tupã, 2021.

ABSTRACT

The History of rural extension in Brazil and Angola, two countries of different continents and separated by more than 7500 km of ocean, have more in common than could be imagined. Despite both countries being characterized by very different histories, the Portuguese colonization, may have been one of the accounts for some of the similarities in their trajectories. In one side there is Brazil, occupying the place of the 3^o bigger agricultural exporter in the world and the other side there is Angola, with a large agricultural potential to be exploited, however still recovering from it's agricultural activity, extremely reduce in function of the late independence of the country, that only happened in 1975, and the civil war, that lasted 27 years. In this context, this project has as it's objective to understand the convergences and divergences between the public politics of the rural extension of Brazil and Angola so it can stimulate the cooperation between both countries. Therefore, it will make use of the historical methodology, with documental and bibliographic analysis. In summary, this research, when discussing the dialogical possibilities between the Brazilian and Angolan rural extensions, offered subsidies so that they can provide possibilities for cooperation agreements between countries, in a relationship not guided only by diplomatic interests aimed at economic exploitation, but mainly for the rural development of Angola, transforming Brazil into a protagonist in a history that crosses from the slave ships, but which at present aims at fraternal bilateral relations.

Keywords: Rural extension. Rural development. Rural communication. History of the Rural Extension.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa Político de Angola	20
Figura 2: Processo logístico do escoamento de produção familiar	27
Figura 3: Mapa da divisão territorial do Brasil	30
Figura 4: Divisão dos estados brasileiros por região.....	31
Figura 5: Distribuição do valor da produção no Brasil em 2019	34
Figura 6 Serviço Assistência Técnica e Extensão Rural brasileira: Linha do tempo	45
Figura 7: Famílias atendidas pela ATER entre 2011 e 2019.....	48
Figura 8: Escolaridade por nível e por gênero	71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil: Políticas Públicas.....	46
Quadro 2 - Características para formação do extensionistas.....	59

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: movimentação de cargas por modal	37
Tabela 2: Distribuição de renda do brasileiro em 2018 por zona de residência.....	70

Sumário

MOTIVAÇÕES	12
1 INTRODUÇÃO	13
2 MATERIAL E MÉTODOS	19
3 PRAZER, SOU ANGOLA: DE CABINDA AO CUNENE	20
4 PRAZER, SOU BRASIL: DO OIAPOQUE AO CHUÍ	29
5 DESENVOLVIMENTO RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS DE EXTENSÃO RURAL NO BRASIL E EM ANGOLA	38
5.1 DESENVOLVIMENTO RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS	38
5.2 EXTENSÃO RURAL NO BRASIL	39
5.3 EXTENSÃO RURAL EM ANGOLA	48
5.4 MÉTODOS DE EXTENSÃO RURAL	54
6 ACORDOS, CONVÊNIOS E PARCERIAS ENTRE BRASIL E ANGOLA	60
6.1 HISTÓRICO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL	60
5.2 COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL E ANGOLA	61
6.3 FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA (FIDA) EM ANGOLA	66
6.4 BANCO MUNDIAL	67
7 CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS	69
REFERÊNCIAS	77

MOTIVAÇÕES

Importante descrever, mesmo que brevemente, o que me trouxe até Tupã, mais especificamente ao Programa em Agronegócio e Desenvolvimento, da Faculdade de Ciências e Engenharia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Tupã.

Primeiramente foi a percepção de que para promover a inserção do agronegócio angolano no cenário internacional é necessário criar modelos agrícolas e pecuários que se enquadrem na realidade do país.

Com o novo governo, liderada pelo Presidente João Lourenço, desde 2017, o agronegócio tem sido uma bandeira para diversificar a economia do país. Quem aposta no agronegócio, significa que está a criar a segurança alimentar e também está a desenvolver o espaço rural. 70% da atividade agrícola do país é desenvolvida pelos pequenos agricultores, a chamada agricultura familiar. Para o fortalecimento dessa agricultura deve haver a inserção de novas tecnologias no processo agrícola.

A minha escolha por este curso deve-se aos desafios enormes decorrentes da recessão econômica a nível mundial e Angola não foge à regra. Por ser dependente das importações dos produtos agropecuários, é preciso diversificar a economia dinamizando o agronegócio.

Na atualidade Angola vive refém do petróleo, uma vez que 90% das receitas obtidas pelo país advém desse produto. O meu país é rico em recursos hídricos, possui muita terra arável, deve-se apostar na agricultura de grande escala investindo na agroindústria, criando melhor ambiente de negócios de forma a contribuir na balança comercial a nível nacional.

Como angolano tenho sonho de ver o meu país melhor. Um lugar onde os meus filhos poderão se orgulhar. Com o meu aprendizado em agronegócios e desenvolvimento quero dar o meu contributo para que Angola possa se tornar autossuficiente tanto em termos de produção de alimentar quanto de desenvolvimento econômico. Há um déficit enorme em recursos humanos qualificados, daí urge a necessidade de apostar na investigação científica, assim nos criando parcerias com os países com mais experiências na extensão rural e no desenvolvimento de tecnologias agrícolas como é o caso do Brasil. Uma das vantagens de trocar parcerias com o Brasil são os laços históricos e culturais, além do idioma, que facilita a comunicação.

Visando levar tais contributos ao meu país, eu, José Himi Ndambuca, procurei estar no Brasil buscando a minha capacitação, não apenas para o meu desenvolvimento pessoal, mas principalmente, para o desenvolvimento da minha terra e dos meus compatriotas.

1 INTRODUÇÃO

A história de uma sociedade se confunde com a história do próprio tempo. Corrobora para essa afirmação o texto localizado na contracapa da obra ‘A escrita da história’ de Certeau (2002) que traz a seguinte consideração: “Fazer história é estabelecer uma relação com o tempo. Esta relação não é nem a primeira e nem a única possível”.

A história dá pistas importantes sobre os movimentos que conduzem os fatos para determinados trajetos e, seguir essas pistas é revisitar o passado com os olhos do presente. Certeau (2002) afirma ainda em texto da contracapa, que o ato de “escrever a história é gerar um passado, circunscrevê-lo, organizar o material heterogêneo dos fatos para construir no presente uma razão”.

Nesse sentido, é que fazer uso da história para comparar criticamente as realidades da extensão rural de Brasil e Angola - dois países distintos, mas com algumas similaridades, pode representar uma importante oportunidade de análise das convergências e divergências sobre a elaboração das políticas públicas de extensão voltadas para o desenvolvimento rural em ambas as realidades. Dentre os principais aspectos em comum, se destaca o fato de terem sido colonizados por portugueses, terem o mesmo idioma, clima tropical, influências culturais e amplo espaço territorial. Até mesmo as expressões que ‘medem’ a extensão dos territórios encontram equivalência nos países – no Brasil, uma expressão conhecida que percorre o país de norte a sul - diz ‘do Oiapoque ao Chuí’¹; em Angola o equivalente se diz ‘de Cabinda ao Cunene’².

Ressalta-se que, em números absolutos, há também grandes diferenças entre ambos os países. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2018, o Brasil contava com mais de 208 milhões de habitantes, distribuídos em uma área de 8.511.000 km²; um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,699, considerado “Alto”³ e um Produto Interno Bruto (PIB) de aproximadamente 2 trilhões de dólares (PNUD, 2019). Já Angola contava com 29,78 milhões de habitantes, ocupando uma área de 1.246.700 km²; um IDH de 0,581, considerado “Médio” e um Produto Interno Bruto (PIB) da ordem de 124 bilhões de dólares (INE, 2019).

¹ Apesar da expressão do Oiapoque ao Chuí ter ficado conhecida por representar os extremos do Brasil, o Oiapoque não é o verdadeiro extremo norte do país e sim o Monte Caburaí, localizado no estado de Roraima. No entanto, optou-se por usar a expressão “do Oiapoque ao Chui”, que é a conhecida nacionalmente como indicação de uma ponta a outra.

² De norte a sul. No capítulo III, p. 21, apresenta-se a origem da expressão e sua popularização.

³ Escala definida pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) - Muito Alto, Alto, Médio e Baixo.

Tais diferenças também são evidenciadas ao se olhar para a prática agrícola em ambos os países. O governo atual de Angola⁴ tem destacado a importância do investimento na agropecuária, no entanto, um cenário positivo para o setor ainda está longe do ideal. Após, aproximadamente 30 anos de Guerra Civil, Angola passou a depender da importação para atender quase toda a sua necessidade de alimento. Apesar de um histórico anterior ligado a prática agrícola, a guerra e a dependência econômica baseada na produção de petróleo, afastaram a sociedade angolana da produção agrícola. A consequência é que hoje, apesar do enorme potencial agrícola vislumbrado, as técnicas agrícolas utilizadas no país são ultrapassadas e a agricultura é produzida apenas para subsistência. Muito precisa ser investido e cooperações com países que possam levar a informação agrícola para o país serão fundamentais para reerguer a produção agrícola em Angola (VILAS-BÔAS, 2014).

Fernandes (2017) também faz essa consideração ao afirmar que após o longo período de guerra civil no país, um dos grandes desafios a ser enfrentado por Angola até os dias atuais, é a questão da pobreza⁵ e da insegurança alimentar⁶. Embora tenha saído de condições dramáticas, vividas no imediato pós-guerra, a situação ainda hoje requer preocupação.

Já o Brasil é um país com uma vasta experiência agrícola e um avanço tecnológico relevante na área. O *know how* do Brasil com relação ao agronegócio é fomentado por números consideráveis que conduziram o país para toda a evolução apresentada no setor. O Brasil dispõe de 388 milhões de hectares em terras férteis, com alta produtividade e disponíveis para agricultura; quase 13% de toda a água doce do planeta; energia em abundância e chuvas regulares. Tais fatores possibilitam com que o agronegócio seja o principal setor econômico do país, respondendo por um a cada três empregos gerados (MAPA, 2015). A tecnologia empregada no setor atualmente foi desenvolvida com muitos investimentos nas áreas de pesquisa agropecuária e transferida ao campo por meio da extensão rural. A história da extensão rural no Brasil evidencia esses avanços, assim como identifica as dificuldades encontradas pelos pequenos produtores rurais na atualidade.

⁴ Presidente João Manuel Gonçalves Lourenço, cujo governo teve início em 2017.

⁵ De acordo com Sandroni (2002, p.406) a pobreza é o “estado de carência em que vivem indivíduos ou grupos populacionais, impossibilitados por insuficiência de renda ou inexistência de bens de consumo, de satisfazer suas necessidades básicas de alimentação, moradia, vestuário, saúde e educação”.

⁶ Pinto (2008, p.61) ao se referir a insegurança alimentar em Angola diz que em caso de Insegurança Alimentar – “Os grupos populacionais não são capazes de ter acesso físico e econômico aos alimentos básicos e outros bens de consumo, nem tão pouco são capazes de gerar rendimentos que lhes permitam ter acesso aos serviços sociais básicos para a sua subsistência. Regra geral, estes grupos passam longos períodos do ano sem acesso a uma alimentação adequada e a serviços básicos, levando um modo de vida de sobrevivência”

Nesse contexto, apresentam-se as justificativas que fortalecem a necessidade e a importância da realização desta pesquisa. Pensa-se que conhecer os movimentos de implantação das políticas públicas de extensão rural, ao longo do tempo, em países cujas culturas estão inter-relacionadas, mas que apresentam características tanto convergentes quanto divergentes, pode ser fundamental para que se amplie a colaboração entre ambos os países e possam ser estabelecidos novos acordos de cooperação que tragam benefícios para ambas as sociedades.

Como já se destacou, o Brasil apresenta uma agricultura bastante desenvolvida e o agronegócio é um dos principais setores da economia no país. Angola, por sua vez, se encontra muito atrasada em termos de tecnologias e manejos agrícolas, de modo que os acordos de cooperação poderão lhe trazer grandes benefícios. Nesse contexto, como afirmam Pacheco, Carvalho e Henriques (2013), o fato dos produtores familiares em Angola representarem 99% dos produtores rurais do país, reforça ainda mais a necessidade de um serviço de assistência técnica eficiente.

Essa afirmação ganha força em alguns relatórios realizados por organismos internacionais e que têm destacado parcerias que devem ser fortalecidas. Um exemplo disso, pode ser conferido no relatório do Escritório Independente de Avaliação (IOE) do Fundo Internacional de Desenvolvimento da Agricultura (*International Fund for Agricultural Development*) (FIDA) que, em 2017, realizou uma Avaliação da Estratégia e do Programa do País (CSPE) em Angola. Nesse relatório, o IOE indica oportunidades para serem exploradas com o Brasil, principalmente com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), no que se refere à organização da pesquisa agrícola voltada para a agroecologia, coleta de água, conservação e recuperação da fertilidade do solo em condições edáfica e climáticas tropicais (IOE, 2017).

Reforçam essa perspectiva Shankland e Gonçalves (2016), ao dizerem que o Brasil, com experiência em agricultura tropical e subtropical, com condições semelhantes as disponíveis na África, pode propiciar a Angola conhecimentos técnicos e tecnologia para o desenvolvimento da sua agricultura. Por sua vez, Angola tem a sua disposição uma grande população rural que retornou para o campo e uma crescente visão de que a agricultura tem que ser considerada uma área prioritária.

Nesse contexto, percebe-se que as realidades do setor agropecuário no Brasil e em Angola são diversas, com algumas aproximações que podem ser relevantes para que um processo de cooperação para extensão rural e transferência de tecnologia entre os países seja empreendido. Algumas iniciativas já marcam as relações exteriores entre o Brasil e Angola.

Mendonça (2016, p.6) reforça essa afirmação ao dizer que os laços que unem os países são mais frouxos ou mais apertados dependendo do contexto internacional, das políticas internas desses países e da importância que atribuem a essas relações. As relações entre Angola e Brasil têm sido dicotômicas, variando “entre aproximação e distanciamento, dependentes de condicionantes internas e do processo de reestruturação internacional, sobretudo, no pós guerra fria, sendo que a tendência actual remete para um crescente interesse mútuo e incremento das relações”.

Assim, as relações cooperativas encontram terreno fecundo para serem fortalecidas. Mendonça (2016, p.6-7), ao analisar as relações entre Angola e Brasil, afirma que as dinâmicas travadas pela diplomacia são marcadas por fatores sócio históricos, mas se pautam em interesses estratégicos da economia que se refletem “na introdução de empresas brasileiras, integração de tecnologias e treino adaptadas aos problemas do país, e alianças nos fóruns multilaterais para defesa de interesses comuns na área do desenvolvimento”. O autor complementa a afirmação dizendo que ambos os países podem, por meio das relações bilaterais, diversificar seus mercados de exportação, principalmente com base “na experiência técnica brasileira, que em duas décadas se transformou de importador para um dos maiores exportadores de produtos agrícolas a nível mundial”.

A experiência técnica agrícola brasileira e as aproximações entre Brasil e Angola, podem abrir espaço para acordos de cooperação entre os países, propiciando desenvolvimento rural sustentável e abertura ou fortalecimento de relações bilaterais. Tal perspectiva encontra ressonância em Alves e Mafra (2017) que, ao discutirem a influência brasileira na agenda social internacional, afirmam que o agravamento dos quadros de insegurança alimentar na África demanda o surgimento de atores mais proativos.

Nesse contexto, o problema de pesquisa apresentado nesta dissertação está circunscrito e busca responder a seguinte questão: Quais as convergências e divergências entre as políticas públicas de extensão rural do Brasil e Angola?

Tal problema visa atingir o objetivo geral proposto para esta pesquisa que é o de compreender as convergências e divergências entre as políticas públicas de extensão rural do Brasil e Angola para que se possa oferecer subsídios que estimulem a cooperação entre os países. Para atingir esse objetivo foram definidos os seguintes objetivos específicos: Apresentar a história das políticas públicas de extensão rural no Brasil e em Angola; Verificar os acordos de cooperação entre Brasil e Angola relacionados à extensão rural. Identificar as convergências e divergências que marcam as políticas públicas de extensão rural em ambos os países.

Partindo das premissas sobre acordo de cooperação entre os países e a importância que tais relações bilaterais podem significar em termos de desenvolvimento rural, acredita-se que a análise histórica da extensão no Brasil e em Angola, focando em suas convergências e divergências, possa oferecer subsídios para que novas relações sejam estabelecidas ou relações já existentes sejam fortalecidas.

Cirillo, Nogueira e Soares (2016, p.17) indicam o potencial do Brasil para atuar como ator principal nesse cenário, ao afirmarem que as “inovações do Brasil mostram novas maneiras de reduzir a pobreza e a insegurança alimentar nos países em desenvolvimento, mas o modelo conceitual precisa ser adaptado a cada contexto específico”.

A preocupação com a insegurança alimentar também ter sido verbalizada pelos próprios representantes dos governos, como é o caso da fala do ex-ministro da agricultura e do Desenvolvimento Rural de Angola, Gilberto Buta Lutucuta, que, durante a 26ª sessão do Conselho de Governadores do FIDA, em 19 de fevereiro de 2003, em Roma, na Itália, disse que a paz pode trazer novas esperanças para camponeses e agricultores, “muitos foram obrigados a abandonar os locais de residências, estão agora a regressar para as suas zonas e, vão retomando a atividade produtiva, por formas a satisfazer as suas necessidades básicas e participar na grande batalha contra a fome e a pobreza” (FIDA, 2003).

O ex-ministro complementa dizendo que a segurança alimentar continua sendo o principal objetivo das políticas voltadas para o setor e que para solucionar esse problema é necessário um investimento em pesquisa agrária e extensão rural, com capacitação dos quadros do setor (FIDA, 2003).

Em síntese, esta pesquisa discute as possibilidades dialógicas entre as extensões rurais brasileira e angolana, oferecendo subsídios para que as mesmas possam propiciar possibilidades para acordos de cooperação entre os países, em uma relação não pautada apenas por interesses diplomáticos direcionados à exploração econômica, mas principalmente para o desenvolvimento rural de Angola, transformando o Brasil em protagonista em uma história que se cruza desde os navios negreiros, mas que na atualidade objetiva relações bilaterais fraternais.

Nesse contexto, esta dissertação está estruturada em oito capítulos, sendo a Introdução o primeiro deles. O segundo capítulo traz os materiais e métodos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa. O terceiro capítulo faz uma breve apresentação da República de Angola nos aspectos geográficos, políticos e econômicos. Uma breve apresentação do Brasil nos aspectos geográficos, políticos e econômicos constituem o quarto capítulo. O quinto apresenta como está constituída a história das políticas públicas de extensão rural no Brasil e em Angola e os métodos de extensão rural utilizados no Brasil e que podem ser adaptados à

realidade angolana. O sexto capítulo apresenta os acordos de cooperação para extensão rural existentes entre Brasil e Angola e o sétimo capítulo traz as convergências e divergências que marcam as políticas públicas no Brasil e em Angola. E, por fim as considerações finais.

Antes de entrar no primeiro capítulo, torna-se relevante registrar, como faz a história, o momento em que a sociedade mundial se encontra. Dito isto, registra-se que esta dissertação foi desenvolvida em sua maior parte durante o ano de 2020 e início de 2021, momento no qual a sociedade atravessa uma Pandemia de Covid-19. Nesse contexto, ressalta-se que toda a coleta de dados se deu por meio de bases de dados disponíveis no universo Web e os dados coletados presencialmente em Angola, junto aos órgãos governamentais, foram obtidos em 2019, quando ainda não havia iniciado a pandemia.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Para o desenvolvimento da pesquisa, optou-se por utilizar a metodologia histórica, com recorte espacial nos países Brasil e Angola. Como *locus* temporal será circunscrito ao período histórico das políticas públicas de extensão rural em ambos os países, indo de 1930 aos dias atuais.

Quanto ao objetivo, trata-se de uma pesquisa descritiva e analítica. Caracteriza-se descritiva por realizar narrativas historiográficas sobre os fatos retratados e busca descobrir as relações existentes entre os fatores que a influenciam. É analítica, pois por meio da reconstrução histórica levantada por bibliografia e documentos dos governos de Brasil e Angola, assim como de organismos internacionais, pôde-se realizar uma análise sobre convergências e divergências que podem constituir aspectos fundamentais para a manutenção ou estabelecimento de parcerias entre os países.

A coleta de dados, que ocorreu entre novembro de 2019 e dezembro de 2020, se deu por meio de revisão bibliográfica e documental, com a realização da análise de políticas públicas e dos programas de extensão e desenvolvimento rural de ambos os países. Para a revisão bibliográfica utilizou-se as seguintes bases de dados: Web of Science; Scielo; Scopus; EBSCO; BDTD; Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP); Repositório Universidade de Évora e os metabuscadores Portal Capes e Google Scholar. Os documentos foram coletados por meio dos sites dos governos brasileiro e angolano. E em Angola também foram coletadas cópias de documentos físicos junto aos órgãos vinculados ao Ministério da Agricultura (MINAG).

Primeiramente foram levantadas as políticas públicas e os programas de extensão rural em ambos os países. Após esse levantamento foi traçada uma linha temporal na qual tais políticas e programas estão circunscritos. A partir daí foram verificadas as convergências e divergências entre as políticas e programas desenvolvidos em ambos os países no período circunscrito. Também foram levantados os acordos de cooperação agrícola entre Brasil e Angola, que envolvem o serviço de extensão rural.

As análises tiveram como base a teoria da pesquisa histórica que faz a leitura dos fatos a partir do momento histórico que o caracteriza e, posteriormente, faz-se uma releitura do passado com a visão do pesquisador no presente.

Realizou-se uma análise comparativa e, conforme define o próprio método, foi composta por dois momentos, o primeiro analógico, relacionado a observar as similaridades entre os fenômenos e outro de contrastes, no qual foram observadas as diferenças entre os casos.

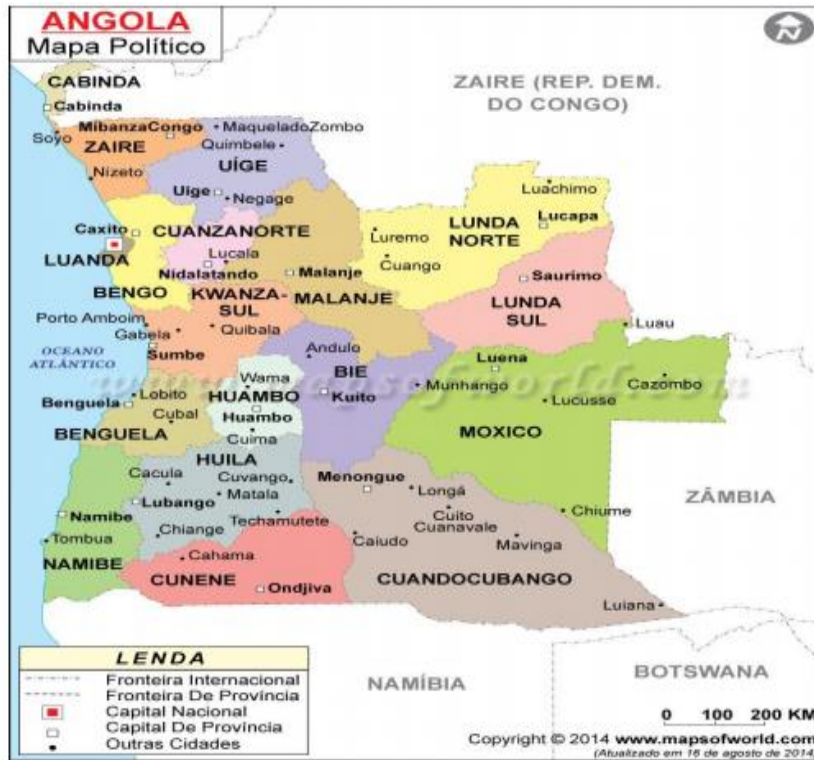
3 PRAZER, SOU ANGOLA: DE CABINDA AO CUNENE

Com o objetivo de apresentar um pouco do cenário angolano, sobretudo ao leitor brasileiro este capítulo traz as características geográficas, climáticas, políticas e econômicas de Angola, um país localizado na região ocidental da África Austral e por isso possui um clima marcado por duas estações, a das chuvas, entre setembro e maio, que é a mais quente e a do cacimbo ou seca, que vai de maio a setembro (INE, 2014).

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística de Angola, em Censo realizado em 2014, o país contava com uma população de quase 26 milhões de habitantes, sendo que um pouco mais de 16 milhões vive na zona urbana e quase 10 milhões em áreas rurais.

Ocupando um território de 1.246.700 km², o sexto país Africano em dimensão territorial, a República de Angola está dividida em 18 províncias e tem Luanda como capital. Faz fronteiras ao norte com a República Democrática do Congo, a leste com a Zâmbia, ao sul com a Namíbia e a oeste com o Oceano Atlântico (Figura 1). Sua moeda é Kwanzas e a língua oficial é o Português, no entanto, 42 dialetos também estão presentes na comunicação angolana, sendo os mais usuais o Umbundu, Kimbundu, Kikongu, Fiote, Tchokwe, N'Ganguela e Kunhama (ANGOLA, 2020).

Figura 1: – Mapa Político de Angola



Fonte: Maps of world (2014)

A expressão de Cabinda a Cunene (de norte a sul do país) teve sua popularização com o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). O MPLA após a Independência do país, ocorrida em 11 de novembro de 1975, resolveu defender um novo nacionalismo, baseado na língua portuguesa e na própria luta de libertação. Tal nacionalismo, refletido nas fronteiras da era colonial, trouxe o lema ‘Todo o povo angolano de Cabinda ao Cunene’. “Essa visão abrangente de uma unidade nacional tornou-se emblemática dos objetivos ideológicos do MPLA” (BALL, 2019, p. 822).

Como já se mencionou na introdução desta dissertação, apesar da independência ter ocorrido em 1975, a paz chegou somente com o cessar-fogo ocorrido em 2002. Pode-se dizer que após a independência, Angola viveu dois grandes períodos – o Estado, com um único partido de bases socialistas, com uma economia centralmente planejada (1975-1990) e o segundo com o multipartidarismo, a abertura democrática e ao mercado, a partir da constituição de 1991 (PINTO, 2008).

Atualmente, após 27 anos de guerra civil e com mais de 1,5 milhão de vidas perdidas, a República de Angola é um Estado Unitário, com um regime presidencialista multipartidário, e que tem sua legislação baseada na constituição adotada em 05 de fevereiro de 2010, ainda sob o governo de José Eduardo dos Santos (MPLA) (JOVER; PINTO;

MARCHAND, 2012). Santos permaneceu no poder por 38 anos, de 1979 a setembro de 2017, quando assumiu a presidência João Manuel Gonçalves Lourenço (MPLA).

Após o longo período de guerra civil no país, um dos grandes desafios a ser enfrentado por Angola até os dias atuais, é a questão da pobreza⁷ e da insegurança alimentar⁸. Embora tenha saído de condições dramáticas, no imediato pós-guerra, a situação ainda hoje requer preocupação (FERNANDES, 2017). É considerada dramática a situação em muitas regiões da Angola, visto que a taxa oficial de pobreza em Angola é 36,6%, sendo de 18,7% em áreas urbanas e 58,3% na Zona Rural (INE 2013). Destaca-se que, segundo Tvedten et al. (2018) e Vidal e Andrade (2011) essa taxa, apesar de oficial, é considerada extremamente baixa. Sendo que, segundo os autores, a contagem oficial da pobreza em Angola entre 2001 e 2009 caiu 25%, no entanto, as metodologias de estudo são inadequadas e há incertezas quanto a fidedignidade dos dados processados.

Essa situação é refletida no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – 0,574, com o 149º lugar no ranking dos países, em um total de 177º (ONU, 2018). De acordo com o Instituto Nacional de Estatística de Angola (INE, 2014), no último recenseamento realizado em Angola, o país apresentava uma expectativa de vida de 60,2 anos, com as variações de 55,5 para os homens e 63 para as mulheres.

Com relação aos índices de alfabetização tem-se que entre a população com 15 ou mais anos, 65% sabem ler e escrever. Essa taxa aumenta para 76,9% quando se estabelece uma faixa entre 15 e 24 anos. Cabe, no entanto, destacar que esse índice apresenta uma diferença muito significativa entre homens e mulheres. Enquanto aproximadamente 80% da população masculina, com mais de 15 anos, são alfabetizados, apenas 53% das mulheres estão nessas mesmas condições.

No que se refere a escolarização formal, os angolanos apresentam índice de frequência ao ensino primário de 76% da população, sendo que 83,6% na área urbana e 63,5% na zona rural. Já no segundo ciclo do ensino secundário essa taxa cai para 7,3%, acentuando ainda mais a disparidade entre os sexos, 12,8% para os homens e 1,5% para as mulheres. A

⁷ De acordo com Sandroni (2002, p.406) a pobreza é o “estado de carência em que vivem indivíduos ou grupos populacionais, impossibilitados por insuficiência de renda ou inexistência de bens de consumo, de satisfazer suas necessidades básicas de alimentação, moradia, vestuário, saúde e educação”.

⁸ Pinto (2008, p.61) ao se referir a insegurança alimentar em Angola diz que em caso de Insegurança Alimentar – “Os grupos populacionais não são capazes de ter acesso físico e econômico aos alimentos básicos e outros bens de consumo, nem tão pouco são capazes de gerar rendimentos que lhes permitam ter acesso aos serviços sociais básicos para a sua subsistência. Regra geral, estes grupos passam longos períodos do ano sem acesso a uma alimentação adequada e a serviços básicos, levando um modo de vida de sobrevivência”

população com ensino superior corresponde a menos de 1% da população total do país, sendo a grande maioria vive em áreas urbanas (226.732 vivem em áreas urbana, e 7.944 em áreas rurais) (INE, 2014).

Os dados do INE (2014) indicam que mais de um terço da população encontra-se em estado de subnutrição, em que a quantidade de alimento ingerida não satisfaz as necessidades de energia. Entre as crianças a situação tem se tornado crônica e se torna aguda para cerca de mais de 30% da população infantil. Dentre os fatores apontados por Pinto (2008) que dificultam o acesso ao alimento estão os baixos níveis de renda das famílias; elevado preço dos alimentos; falta de acesso à terra e aos insumos para a produção de alimentos e abastecimento de água. Esses dados reforçam a alta taxa de mortalidade infantil de Angola, representados por 150 óbitos de crianças com menos de cinco anos a cada 1000 crianças nascidas, o que a faz detentora de uma das maiores taxas de mortalidade infantil do mundo.

Estudos ainda mais recentes realizados pela Food And Agriculture Organization Of United Nations (FAO), em 2017, indicam um consumo médio de alimentos em Angola da ordem de 1750 kcal por dia por pessoa, apresentando um aumento se comparado a anos anteriores. Esse consumo, no entanto, oculta uma realidade já indicada pelo INE (2014) e que continua presente, o fato da desnutrição generalizada ainda prevalecer no país.

Apesar dos altos índices de mortalidade infantil, de pobreza, de insegurança alimentar e baixo IDH, Angola é um dos países mais ricos do continente Africano, principalmente em virtude do petróleo e dos diamantes. Apresenta também um alto potencial agrícola que ficou adormecido no período de guerra, mas que volta a ser discutido (ROCHA, 2012).

Fatores como inflação alta e dependência do mercado externo têm sido um dos principais entraves para viabilizar investimentos no setor agropecuário. Grande parte dos insumos e equipamentos agrícolas são importados o que aumenta consideravelmente o custo de produção, além do baixo conhecimento técnico para a produção agrícola (RELA, 2005; MWAIKAFANA, 2018).

De acordo com dados de um estudo realizado pela Mordor Intelligence (2019), Angola importa hoje mais da metade dos alimentos dos quais necessita. É o quinto maior mercado importador de produtos avícolas dos EUA e o terceiro maior mercado de todos os produtos agrícolas de todo o continente Africano. Entre as principais importações estão os legumes secos (US\$ 51,58 milhões); as cebolas (US\$ 35,00 milhões); as maçãs e peras (US\$ 17,98 milhões); o arroz (US\$ 14,25 milhões); as batatas (US\$ 9,99 milhões); as frutas cítricas em especial a laranja e o limão (US\$ 8,96 milhões); o chá e o café (US\$ 8,1 milhões) e o milho (US\$ 5,17 milhões).

De acordo com Pacheco, Carvalho e Henrique (2013), Angola possui muitos recursos naturais, dentre os quais destaca-se, além do petróleo e diamantes já mencionados, o minério de ferro, o cobre, ouro e urânio, além de vastos recursos hídricos e uma costa marítima rica em peixes e mariscos. Os autores destacam também o alto potencial para a agricultura em virtude do clima e dos recursos hídricos.

O Banco Mundial (2018) estima que o país possua cerca de 575.900 km² de terra arável, no entanto, apenas 5,7% está sendo utilizada. Reis (2019) destaca que Angola já teve experiência agrícola até a sua independência em 1975, e era um importante exportador de sisal, cana-de-açúcar, tabaco, banana, milho, café e algodão. No entanto, atualmente a produção doméstica não atende nem mesmo a demanda local, mesmo com terras agrícolas com grande fertilidade.

De acordo com Magaja e Agai (2018), é essencial que haja financiamento para que tanto os agricultores quanto os pequenos processadores de alimentos, muitos deles vivendo na pobreza, possam melhorar a produtividade em todos os processos da prática agrícola, o que inclui a pós colheita e o processamento, bem como a comercialização.

Apesar do potencial agrícola indicado por Pacheco, Carvalho e Henrique (2013); Rocha (2012); Pinto (2008) e pelo Banco Mundial (2018), Angola ainda tem sua economia altamente dependente do petróleo, sendo este o produto de maior contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB) do país.

Para Hodges (2003) e Pinto (2008), as razões para que Angola continue tão dependente do petróleo estão pautadas no estado de insegurança pelo qual o país passou decorrente do longo período de guerra; ausência de mão-de-obra qualificada; instabilidade macroeconômica; mesmo com a abertura de mercado a economia ainda tem travas em políticas governamentais que limitavam a concorrência e infraestrutura deteriorada, uma vez que o país ainda está em reconstrução.

Atualmente, no setor agroalimentar em Angola predominam as pequenas propriedades familiares. A estimativa da FAO (2017) é a de que milhões de pequenos produtores rurais de subsistência cultivam aproximadamente 1,4 hectares por família, na estação chuvosa (de setembro a dezembro). A produção utiliza níveis baixos de fertilizantes e sementes. Por exemplo, usam em média menos de 5 kg de fertilizante por hectare enquanto o restante da África usa uma média de 13 kg por hectare.

Existe ainda uma grande preocupação com a degradação do solo em virtude de práticas não sustentáveis, do desmatamento e do pastoreio excessivo. O governo da Angola tem empreendido esforços na reversão desse quadro e atualmente, junto com vários organismos

internacionais, incluindo o Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD) e a FAO, estão com um programa voltado para a gestão sustentável da terra (FAO, 2017).

A produção sustentável discutida por Guedes, Torres e Campos (2014, p.117) prevê que o processo produtivo considere elementos de sustentação, elencados como sendo um conjunto de conhecimentos, tecnologias e políticas. Ou seja, atender às “demandas de ordem econômica, ambiental e social da geração presente, sem afetar o suprimento das gerações futuras”. Nesse sentido, a questão da extensão rural torna-se um investimento essencial para que a produção em Angola possa atingir a sustentabilidade desejada pelo governo e pelos organismos internacionais.

De acordo com Pacheco, Carvalho e Henriques (2013), o governo angolano coloca o Estado como operador estratégico na promoção do agronegócio no país, pelo menos nesse momento de retomada do setor. Nesse sentido, criou a Gesterra S.A., uma sociedade anônima com capitais públicos, instituída por meio da resolução nº 9/05 do Conselho de Ministros e sob a tutela do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural e Pescas (MINADERP), cujo objetivo é o incentivo aos empreendimentos agrícolas com fins agrícolas alimentares, oferecendo qualificação técnica e modernização tecnológica da agricultura. Atualmente a Gesterra desenvolve vários projetos no país, muitos contam com parcerias internacionais. Como afirmam Marcelino e Morgado (2015), inclusive com o Brasil, por meio da Empresa Brasileira ODEBRECHT.

A Gesterra é tutelada pelo Ministério da Agricultura e tem como objecto social, a gestão de terras aráveis que constituem reserva estratégica do Estado⁴ e de projectos agro-industriais e pecuários. A referida empresa tem sob sua tutela mais de 10 fazendas de larga escala, entre as quais se insere a Fazenda Pedras Negras de Pungo Andongo (Capanda), que conforme referido antes, conta com a presença da ODEBRECHT na sua implementação, especificamente, actuando como gestora da produção agro-industrial, responsável pela construção e operação das fábricas de fuba e de ração animal, e pela capacitação de pessoas (MARCELINO; MORGADO, 2015, p.22).

Segundo Pacheco, Carvalho e Henriques (2013), além da agricultura de subsistência, o setor agropecuário em Angola tem sido ocupado ainda por três tipos de categorias de empresários. A primeira delas é constituída por empresários, com posição de destaque no governo ou em outras instituições e que se beneficiam com facilidade de acesso a fundos, infraestrutura e em curtos períodos com parcerias estabelecidas com empresários de outros países. As atividades dessa categoria estão centradas na pecuária de bovinos de corte, na avicultura e nas culturas de milho, feijão e horticultura. A segunda categoria é composta por empresários que têm na agricultura uma segunda atividade, complementar a sua primeira. Esta

segunda categoria também recebe benefícios como crédito, subsídios, isenções de taxas e impostos, entre outros. A pecuária de corte, especialmente na região sul do país, é a principal atividade dessa categoria. E, por fim, uma terceira categoria, bem menor, mas que começa a crescer, que é formada por empresários que tem recursos próprios, excedentes de outras atividades, e que utilizam tecnologias modernas, em atividades como pecuária, hortícolas e frutas, principalmente a banana.

Destaca-se que, o milho e o feijão são os principais produtos oriundos dessas atividades e nesse sentido, tem contado com o *know how* de técnicos brasileiros que são contratados pela primeira categoria e que já elevaram os resultados da produção do milho a excelentes patamares - cerca de cinco toneladas por hectare, considerados os melhores em Angola. Além da assistência técnica, o Estado tem investido na reabilitação e construção de áreas irrigadas e infraestrutura pública para abrigar a produção agropecuária (PACHECO; CARVALHO; HENRIQUES, 2013). Tais investimentos e o conhecimento de especialistas têm propiciado um aumento na produção de produtos agrícolas.

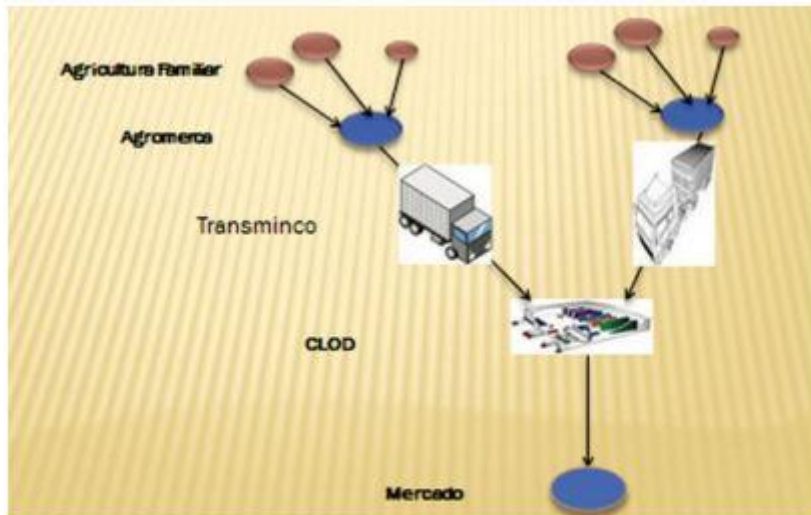
Angola dispõe de portos por onde escoam sua produção, sobretudo, extrativista e também, por recebe a maior parte dos produtos que importa. Banhado pelo Oceano Atlântico, Angola conta hoje com quatro portos, sendo o de maior importância e responsável por receber 58% das mercadorias importadas por Angola, é o Porto de Luanda, localizado na capital do país. Em menor importância estão os Portos de Lobito (23,53%), Namibe (11,76%) e Cabinda (5,88%). Mais de 70% das importações e exportações angolana passam pelo Porto de Luanda, o que, de acordo com Chitén e Zilli (2018), promove um grande congestionamento, com grandes atrasos e desempenho baixo se comparado a outros portos do continente Africano. Ressaltam ainda que as taxas aduaneiras estão entre as mais altas do continente.

Destaca-se que em termos de logística da produção o Governo Angolano criou o Programa de Aquisição de Produtos Agropecuários (PAPAGRO), cujo objetivo é o de garantir a regularidade de aquisição dos excedentes de produção da agricultura familiar e de outros produtores, “garantindo desta forma o abastecimento dos principais centros de consumo e a disponibilização regular e permanente de bens essenciais e mercadorias às comunidades rurais”. Na primeira fase, o programa teve como foco “identificar as zonas do país com maior produção agrícola e a sua capacidade de escoamento” (MANZAMBI, 2015, p.38).

Segundo Manzambi (2018), o segundo passo do PAPAGRO foi de criar condições de transporte, armazenamento e comercialização tanto para receber os produtos quanto para fazê-los chegar ao consumidor. Para isso criaram os chamados de Agromercas, que

recebem a produção da agricultura familiar, de lá seguem, por meio de uma frota de caminhões dos Agromercas, para os Centros de Logística e Distribuição (CLOD).

Figura 2: Processo logístico do escoamento de produção familiar



Fonte: Ministério do Comércio da Republica de Angola, Relatório da Atividade (2013/2014)

Segundo Manzambi (2018) a despeito de projetos como o PAPAGRO, o setor logístico em Angola tem como características a existência de vários pequenos operadores e uma reduzida capacidade de promoção de logística integrada. A logística com base nos intermodais são ainda mínimas no país.

Em termos de representações em organizações internacionais, as relações de Angola com outros países entre 1975 e 1989 estiveram muito alinhadas com a antiga União Soviética e com Cuba, no entanto, após a abertura do sistema político, em 1991, Angola tem ampliado suas relações com outros países, sobretudo com aqueles de língua portuguesa, como é o caso do Brasil, mas também com outros países como é o caso da China. Em 2006, o país ingressou na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e, em 2009 presidiu a mesma. Assumiu ainda, em 2011, a Presidência do Grupo Econômico Regional da Comunidade para Desenvolvimento da África Austral (SADC) que é integrado, além da própria Angola pela África do Sul, Botswana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagascar, Malauí, Maurícia, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue (ANGOLA, 2020; JOVER; PINTO; MARCHAND, 2012).

Dentre os principais países que hoje mantém relações bilaterais com Angola estão, além do Brasil e China já mencionados, Portugal, Estados Unidos da América (EUA), Índia, África do Sul, Reino Unido, França, Espanha e Alemanha. A Argentina também é

apontada pela Embaixada da República de Angola como um país que apresenta tendência em aumentar as relações com o país africano (ANGOLA, 2020).

De acordo ainda com a Angola (2020), na perspectiva de relações multilaterais, o país é membro das seguintes organizações internacionais e regionais:

- a) Banco Africano de Desenvolvimento (1980);
- b) União Africana (1975);
- c) Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (membro fundador 1996);
- d) Comunidade Econômica dos Países da África Central;
- e) Fundo Monetário Internacional (1989);
- f) Organização dos Países Exportadores de Petróleo (2007);
- g) Comunidade de Desenvolvimento da África Austral;
- h) Mercado Comum da África Oriental e Austral;
- i) Comissão do Golfo da Guiné (sede em Luanda);
- j) Nova Parceria para o Desenvolvimento de África;
- k) Organização das Nações Unidas (1976);
- l) Banco Mundial (1989);
- m) Organização Mundial do Comércio (1996).

Apesar de todos os acordos e iniciativas para a modernização do setor agropecuário em Angola, Santana (2020) diz que o êxodo rural ainda tem sido pautado em melhores condições de vida oferecidas nas cidades, no entanto, isso tem gerando problemas de grande povoamento nas cidades. De acordo ainda com o autor, tal problema decorre, em primeiro lugar, da fraca intervenção governamental no oferecimento de infraestrutura para que as famílias permaneçam na zona rural. Outro motivo que se apresenta é a questão da educação formal, mais rara no campo, faz com que as famílias migrem para os grandes centros em busca de melhor formação para seus filhos.

4 PRAZER, SOU BRASIL: DO OIAPOQUE AO CHUÍ

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil é um país com uma extensão territorial de 8.515.692 km² que abriga uma população de mais de 210 milhões de pessoas. Tem a cidade de Brasília, Distrito Federal, como capital; a língua portuguesa é o idioma oficial e atualmente sua moeda é o Real. Está situado na América do Sul, é banhado pelo Oceano Atlântico e faz fronteira com Venezuela, Guiana, Suriname, Guiana francesa, Colômbia, Peru, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai (IBGE, 2021).

Apesar de discutível, a explicação mais usada pelos historiadores é a de que o nome Brasil tem sua origem no Pau Brasil, árvore em grande abundância no país na ocasião da chegada dos portugueses. Essa árvore era chamada pelos indígenas que habitavam o país, de Brasil. O nome Brasil em túpi ibira-ciri significa pau eriçado (IBGE, 2021).

De acordo ainda com dados sobre o Brasil no IBGE (2021), mesmo sabendo-se que Pedro Álvares Cabral não foi o primeiro a aportar em terras brasileiras, oficialmente é reconhecido como o ‘descobridor’ do Brasil. A data do descobrimento é marcada como sendo 21 de abril de 1500. Sabe-se que outros navegadores europeus passaram antes por essas terras, no entanto, em função do Tratado de Tordesilhas⁹ não puderam tomar posse (Fausto; Fausto, 1996). Durante muito tempo o Brasil foi explorado por Portugal apenas como entreposto comercial, na rota Lisboa-Índia, e ainda para extração de Pau-Brasil e ouro. Sua colonização só foi de fato iniciada por volta de 1540.

De acordo com Fausto e Fausto (1996), quando os portugueses chegaram nas terras que mais tarde seriam chamadas de Brasil, encontraram os habitantes nativos do país, ou seja, uma população de índios que ocupava a costa litorânea e também a Bacia dos Rios Paraná e Paraguai. Esse foram os primeiros a serem escravizados pelos portugueses, mas foram sendo substituídos pelos africanos¹⁰. Em algumas regiões mais rapidamente e outras a transição foi

⁹ Nome de uma cidade espanhola, onde o tratado foi assinado por Portugal e Espanha. O tratado nasceu na ocasião da chegada dos espanhóis à América e da contestação de Portugal a essa posse. Com o tratado, assinado em 1494, “o mundo foi dividido em dois hemisférios, separados por uma linha que imaginariamente passava a 370 léguas a oeste das Ilhas de Cabo Verde. As terras descobertas a oeste da linha pertenceriam à Espanha; as que se situassem a leste caberiam a Portugal” (FAUSTO; FAUSTO 1996, p.23).

¹⁰ Fausto e Fausto (1996, p.27) explica os motivos da substituição. “Os índios tinham uma cultura incompatível com o trabalho intensivo e regular e mais ainda compulsório, como pretendido pelos europeus. Não eram vadios ou preguiçosos. Apenas faziam o necessário para garantir sua subsistência, o que não era difícil em uma época de peixes abundantes, frutas e animais. Muito de sua energia e imaginação era empregada nos rituais, nas celebrações e nas guerras. As noções de trabalho contínuo ou do que hoje chamaríamos de produtividade eram totalmente estranhas a eles”. “(...) Os índios resistiram às várias formas de sujeição, pela guerra, pela fuga, pela recusa ao trabalho compulsório. Em termos comparativos, as populações indígenas tinham melhores condições de resistir do que os escravos africanos. Enquanto estes se viam diante de um território desconhecido onde eram implantados à força, os índios se encontravam em sua casa”.

mais lenta. Esse foi primeiro contato entre Brasil e Angola, que mais tarde seria um dos fatores da miscigenação do povo brasileiro e da forte influência cultural e religiosa que até hoje marcam a cultura no país.

Cavalcanti (2018) afirma que o Brasil apresenta tipos de climas distintos, de acordo com a região do país. Na região denominada equatorial, uma faixa que engloba a região amazônica e o nordeste do país, tem-se o clima chuvoso e semiárido respectivamente. Na região central e na região sudeste, o clima é representado por duas estações bem definidas, a seca e a chuvosa. Já na região sul as chuvas são influenciadas por frentes frias durante o ano todo. No que se refere a superfície brasileira, Ross (1996) as divide em três estruturas geológicas, são elas: escudos cristalinos; bacias sedimentares e terrenos vulcânicos¹¹.

De acordo com o IBGE (2021), o Brasil é composto por 27 unidades federativas, sendo 26 estados e o Distrito Federal (Figura 2). Os estados abrangem 5570 municípios, sendo São Paulo, o estado mais populoso e também o com maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Roraima é o estado menos populoso e Alagoas o com o IDH mais baixo.

Figura 3: Mapa da divisão territorial do Brasil



Fonte: IBGE (2010)

11 Para saber mais sobre a geografia brasileira consulte Ross (1996).

Essas unidades federativas, de acordo com o IBGE (2010), estão divididas em cinco regiões, são elas: Norte; Nordeste; Centro Oeste; Sudeste e Sul. A região Nordeste é subdividida em Nordeste Ocidental e Oriental e a região Leste, também em Leste Meridional. A atual configuração está em vigor desde 1988, quando então os territórios passaram a condição de estado.

Figura 4: Divisão dos estados brasileiros por região



Fonte: IBGE (2010)

A distribuição da população entre a zona rural e zona urbana, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) divulgada em 2015, destaca que a zona urbana abriga 84,72% da população brasileira, enquanto 15,28% vivem nas zonas rurais (PNAD, 2015). Se comparado ao Censo de 2010, a população rural encolheu ainda mais, na ocasião eram 16% da população residente em propriedades rurais. A distribuição desigual *per capita* de renda também é uma realidade entre a zona rural e a zona urbana. Enquanto os moradores das cidades têm uma renda de R\$ 1.361,04, os do campo têm um rendimento em média de 658,26.

Costa e Costa (2018) e Kageyama (2008) destacam que a pobreza está mais presente na zona rural no Brasil. Segundo ainda os autores isso se dá em virtude da precariedade e, muitas vezes até mesmo inexistência, de serviços de saúde, saneamento básico, educação e outros indicadores de pobreza multidimensional, deixando a população rural em condições de maior vulnerabilidade.

Não apenas a população brasileira está concentrada na zona urbana e, em maior parte, na região sudeste, também há uma concentração das cadeias produtivas em determinadas regiões do país. Pochmann e Silva (2020, p.6) afirmam que essa concentração é um verdadeiro entrave para o desenvolvimento nacional, “visto que o fluxo de riqueza, a partir da produção, da renda e do consumo, produz, de um lado, excedente, mas, do outro, resulta em exclusão e escassez”.

Em termos de escolaridade, o Brasil apresenta uma taxa de analfabetismo, em pessoas com mais de 15 anos, de 17,6%; com o fundamental completo são 9,5%; 25,5% possuem o ensino médio completo e 13,1% o ensino superior completo.

O Relatório de Desenvolvimento Humano elaborado pelo PNUD (2020), traz o desempenho do país em três dimensões do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), são elas: saúde, educação e renda. O IDH brasileiro cresceu de 0,762 para 07,65, um índice considerado médio. Apesar do crescimento, o país caiu cinco posições no ranking global se comparado a 2019, ocupando hoje o 84º lugar em uma classificação de 189 países.

De acordo com Barbosa *et al.* (2015), o Brasil, em um contexto mundial, apresentou um desenvolvimento considerável nos últimos 10 anos, sobretudo no que se refere às medidas contra a pobreza e crescimento econômico. Embora o Brasil tenha um IDH considerado médio, ainda há discrepâncias elevadas entre as unidades federativas.

O Distrito Federal é hoje a unidade federativa do Brasil com o maior IDHM (0,683), uma adaptação do IDH para análise estadual. Em segundo lugar está o estado de São Paulo com um IDHM de 0,826 e Santa Catarina ocupa o terceiro lugar com 0,808. No entanto, o norte e o nordeste do país concentram os IDHM mais baixos. Em último lugar está Alagoas, com 0,683, seguido pelo Maranhão, com um índice de 0,687 e depois o Piauí com um IDH de 0,697. (PNUD, 2020). Observa-se que se o Brasil não apresentasse tantas discrepâncias entre os estados poderia estar com um IDH considerado alto, a exemplo dos índices dos estados com melhores IDHM.

Outro indicador importante, e que apresenta relação com a distribuição da atividade produtiva, a ser considerado é o Produto Interno Bruto (PIB). Segundo o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV), em nota divulgada em 19 de fevereiro de 2021, o PIB brasileiro de 2020 caiu aproximadamente 4%. O IBRE (2021) estima que na perspectiva da produção agropecuária, industrial e de serviços, somente a agropecuária apresentou crescimento em 2020 (2%). Oficialmente o PIB de 2020 ainda não foi publicado pelo IBGE. O último índice publicado, ano de 2019, era de 7,4 trilhões de reais. Percebe-se que

o estado de São Paulo apresenta o maior PIB (2, 38 trilhões de reais) enquanto o estado de Roraima apresentou um PIB, em 2019, de 13,4 milhões de reais (IBGE, 2020).

Tais dados evidenciam as discrepâncias existentes no Brasil, um país de dimensões continentais. Essas evidências são ainda embasadas no PIB dos estados, sendo que a produção e, conseqüentemente, a renda, tem 70% de concentração em sete estados das regiões sul e sudeste (PNAD, 2014).

Observa-se também a importância do setor agropecuário para o país, sendo que o PIB do setor do agronegócio representou 27% do total da economia brasileira e as exportações alcançaram 40% de toda a produção exportada (BRASIL, 2018).

Santos e Araújo (2017) identificam o Brasil como uma verdadeira potência no setor do agronegócio, sendo um dos principais exportadores mundiais de suco de laranja, café, milho soja e derivados, carne (bovina, suína, avicultura de corte), açúcar, frutas e etanol. Os números do último Censo realizado pelo IBGE (2017) reforçam a afirmação dos autores. Ao Todo o Brasil o Brasil apresenta 5. 073. 324 estabelecimentos agropecuários¹² ocupando uma área de 351 289 816 hectares (ha). 77% de todos os estabelecimentos agropecuários no Brasil são classificados como sendo da agricultura familiar e são responsáveis pela maior parte dos alimentos que vai para a mesa do brasileiro, ocupando apenas 24,3% das terras agricultáveis do país, cerca de 80,25 milhões de hectares.

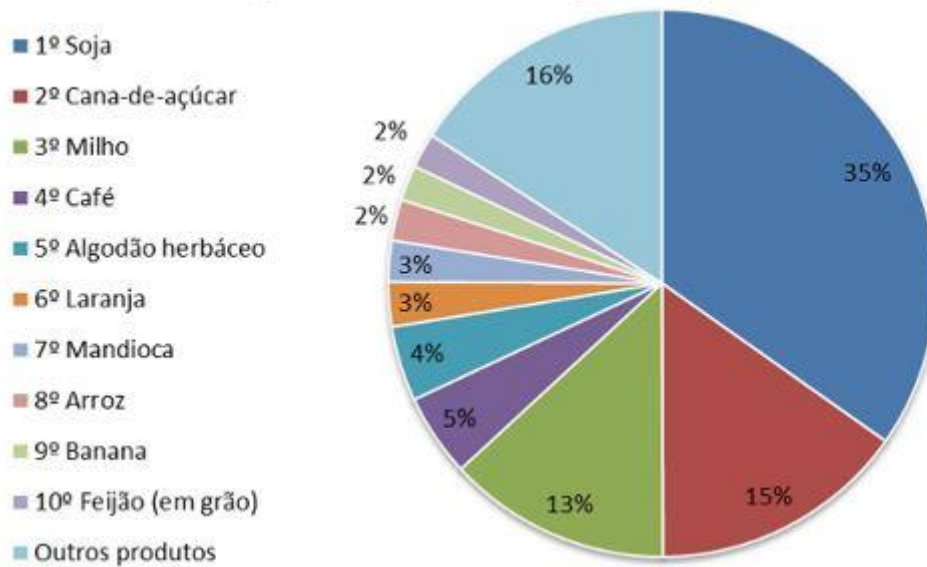
De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a Safra de 2019/2020 registrou um crescimento recorde na produção de grãos no Brasil, representando um incremento de 8,5 milhões de toneladas e totalizando uma produção de 250,5 milhões de toneladas (CONAB, 2021).

Os valores das 10 maiores produções agrícolas, na safra 2019/2020, são: 124,8 milhões de toneladas de soja (maior produtor de soja do mundo); 752,8 milhões de toneladas de cana de açúcar (maior produtor mundial); 101 milhões de toneladas de milho em grão (o Brasil ocupa o 3º lugar como produtor mundial);); 3 milhões de toneladas de Café (maior produtor mundial); 6,8 milhões de toneladas de algodão (2º maior produtor, ficando atrás apenas dos EUA); 17 milhões de toneladas de laranja (maior produtor mundial); 17,4 milhões de toneladas de mandioca (4º maior produtor); 10,3 milhões de toneladas de arroz (9º lugar na produção mundial); 6,8 milhões de toneladas de banana (4º maior produtor) e 2,9 milhões de

¹² “É toda unidade de produção/exploração dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais ou aquícolas, independentemente de seu tamanho, de sua forma jurídica (se pertence a um produtor, a vários produtores, a uma empresa, a um conjunto de empresas etc.), ou de sua localização (área urbana ou rural), tendo como objetivo a produção, seja para venda (comercialização da produção), seja para subsistência (sustento do produtor ou de sua família)” (IBGE, 2019, p.14).

toneladas de feijão (3º maior produtor mundial) (IBGE, 2019). Observe a seguir como estava distribuída a produção agrícola no Brasil no ano de 2019 (Gráfico 1).

Figura 5: Distribuição do valor da produção no Brasil em 2019



Fonte: IBGE (2019)

Na perspectiva da pecuária, em 2019, o rebanho bovino no Brasil tinha um total de 215 milhões de cabeças, que representa o maior rebanho bovino mundial. Em termos de leite, o país produziu 34,8 bilhões de litros. A produção de ovos totalizou 4,6 bilhões de dúzias no país. O rebanho suíno era de 40,6 milhões de cabeças e 529,5 mil toneladas de peixes em cativeiro (IBGE, 2019).

Santos e Filho (2016) destacam o amplo papel exercido pelo agronegócio para o crescimento econômico brasileiro, uma vez que este não se limita à produção de alimento, mas também à produção de insumos, maquinário e tecnologia. O agronegócio envolve cadeias bastante extensas e extremamente heterogêneas, o que demanda também uma diversidade de processos que se tornam essenciais para a economia nacional. Para tanto, a capacitação do produtor rural torna-se uma atividade essencial, tanto para a produtividade agrícola quanto para a inovação. No entanto, apesar da tecnologia de ponta desenvolvida pelos institutos de pesquisa brasileiros, ainda é necessário, sobretudo para o pequeno produtor e para o produtor familiar, acesso ao crédito para adoção das inovações e informação (VIEIRA et al., 2020).

Algumas características do produtor e da propriedade são fundamentais para adoção de tecnologias agrícolas. Bernardo (2020), ao analisar a adoção de Sistemas de Integração Lavoura – Pecuária – Floresta (ILPF), aponta algumas hipóteses como determinantes para a

adoção de tecnologias. Dentre elas estão o relevo da propriedade; a textura do solo; o tamanho da propriedade; as máquinas e equipamentos agrícolas e, para o caso dos pecuaristas, o tamanho do rebanho. No que se refere aos recursos humanos, ter mão de obra disponível é outro fator considerado pelo autor. Reforçam essa afirmação Dhakal, Cockfield e Maraseni (2015) ao dizerem que para produtores descapitalizados e que não podem contratar mão de obra assalariada, mesmo que temporariamente, a adoção de tecnologia pode ser limitada. Nesse sentido, o acesso à crédito também é uma determinante a ser considerada para a adoção de tecnologias para o campo.

Outra determinante analisada nas hipóteses propostas por Bernardo (2020) é a característica da região onde está localizada a propriedade, são elas: sistemas de armazenagem; mercado; acesso à informação e disponibilidade de assistência técnica. No que se refere a esta última reforçam essa disponibilidade, as pesquisas de Adebayo e Oladele (2013), Gajbhiye *et al.* (2015) e de Tihamiyu, Usman e Ugalahi (2014). Ainda no acesso à informação, além da assistência técnica individual ao produtor, ainda estão incluídas por Bernardo (2020), a participação em cooperativas, em associações, eventos e visitas técnicas.

Nesse contexto, observar o nível de instrução do produtor rural brasileiro, com o objetivo de identificar potencial para acesso à informação torna-se importante. Segundo o IBGE (2019) 23% dos produtores brasileiros não são alfabetizados; 73% possuem, no máximo, até o nível fundamental. Apenas 4% deles têm escolaridade superior ao nível fundamental.

Em termos de mecanização, 14% dos estabelecimentos agropecuários tinham em 2017 pelo menos um trator. Ao todo 734.280 estabelecimentos e um total de 1.229.907 tratores, uma média de 1,7 tratores por estabelecimento. Tais números representam um aumento de 50% no número de estabelecimentos com tratores se comparado ao Censo de 2006. O Censo 2017 apontou ainda um aumento de 34,5% no número de outros maquinários agrícolas além dos tratores, se comparado ao Censo de 2006. Em 2017, o número era composto por 357.793 semeadeiras/plantadeiras; 172.199 colheitadeiras; 253.206 adubadeiras/distribuidora de calcário, um total de 783.198 maquinários (IBGE, 2019).

Um dos resultados da mecanização agrícola é a perda de postos de trabalho na atividade agropecuária. Entre os Censos de 2006 e 2017 o setor agropecuário perdeu 1,5 milhão de trabalhadores, indo de 16,6 milhões em 2006 para 15,1 milhões em 2017.

Outro indicativo importante para a produção agrícola é a irrigação. O Censo de 2017 indica que 10% dos estabelecimentos agropecuários utilizavam a irrigação, seja por inundação, infiltração ou aspersão em uma área de 6,7 milhões de há, representando um incremento de 48% em relação ao Censo de 2006 (IBGE, 2019).

A produção agropecuária depende ainda diversos fatores que são favorecidos pela infraestrutura do Brasil e que permitem o seu avanço exponencial. O sistema logístico que envolvem transporte, armazenagem e distribuição é um dos fatores que pode dificultar o favorecer os países produtores. Segundo Garcia e Vieira Filho (2019, p.59) “quando essa infraestrutura não é suficiente e adequada, a competitividade do setor é afetada”. Reforça essa afirmação a Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), que afirma que a alta carga tributária e a dificuldade de escoamento da produção, em virtude de estradas ruins e portos com taxas caras e sem infraestrutura, são as grandes barreiras enfrentadas pela logística agropecuária brasileira (CNA, 2021).

De acordo com a Confederação Nacional de Transporte (CNT), a logística atravessa transversalmente a economia, uma vez que influencia os custos dos produtos. No Brasil, em 2016, a estimativa era a de que os custos de transportes representam 55% de todo o custo logístico (CNT, 2018). Garcia e Vieira Filho (2019) observam que a evolução das tecnologias agrícolas e do manejo têm permitido que as fronteiras agrícolas sejam avançadas e a produção caminha para o interior do país, o que também deve ser acompanhado para capacidade logística.

A Embrapa (2021) assegura que a cadeia de grãos constitui aproximadamente 60% de toda a carga de produtos agropecuários do Brasil. Tanto é verdade, que a utilização que os principais grãos, soja e milho e seus subprodutos (principalmente o óleo e a farinha) fazem dos modais irão determinar os trajetos de escoamento dos outros produtos agropecuários. Nesse sentido, a empresa de pesquisa indica que a compreensão desses fluxos logísticos é importante para o planejamento da macrologística do agronegócio brasileiro¹³. Só para se ter uma ideia sobre a influência dos principais grãos na logística no país, a Embrapa (2021) descreve que após a aprovação da Comissão Europeia para a importação da soja transgênica do Brasil, em 2012, ocorreu um avanço em área plantada na ordem de 96,5% do total da safra 2016/2017, representando uma ampliação na fronteira agrícola. “A cultura da soja gera 1,5 milhão de empregos diretos no Brasil, tornou a carne mais barata na mesa dos brasileiros e está na origem de grandes projetos logísticos de integração entre as regiões Centro-Oeste, Norte e Sudeste”.

Segundo a CNT, em seu último boletim, publicado em fevereiro de 2021, o Brasil conta hoje com uma malha ferroviária de 31.344 km e uma malha rodoviária de 1.717.965 km, sendo 212.250 km pavimentados e 1.348.406 km não pavimentados. Há também o transporte hidroviário com uma extensão de 41.795 km de vias navegáveis, no entanto, somente 18.614

¹³ Para saber mais sobre a macrologística do agronegócio brasileiro consulte [Macrologística da Agropecuária Brasileira: Delimitação das bacias logísticas](#).

km são explorados comercialmente. Em termos de transporte aéreo, o Brasil conta com 34 aeroportos internacionais e 28 domésticos. Conta ainda com 534 aeródromos¹⁴ públicos e 2.183 privados (CNT, 2021).

Em termos de movimentação de carga, o principal modal utilizado é o rodoviário, representando 64,86% de todo o transporte feito por ano no país. Segue a tabela X, com os valores e a participação por modal.

Tabela 1: movimentação de cargas por modal

Matriz do Transporte de Cargas		
Modal	Bilhões (TKU)	Participação (%)
Rodoviário	1.548,0	64,86
Ferroviário	356,8	14,95
Cabotagem	249,9	10,47
Hidroviário	125,3	5,25
Dutoviário	106,1	4,45
Aéreo	0,6	0,03
Total	2.386,7	100,00

Fonte: CNT (2021)

De acordo com Vieira Filho (2019, p.20), o ambiente institucional e as políticas públicas também influenciam diretamente na produção agropecuária e nas exportações. “Mudanças institucionais também contribuem para o aumento das exportações, tais como a Lei Kandir, que propôs a desoneração do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para produtos in natura exportados”.

Após as apresentações das condições de Angola e do Brasil em variadas perspectivas, como: geográficas, de infraestrutura, organização política, índice de desenvolvimento humano (IDH), produto interno bruto (PIB); investimentos, enfim números e experiências parte-se agora para apresentar especificamente as políticas de extensão em ambos os países, de modo a identificar fatores que possam favorecer acordos bilaterais entre os mesmos.

¹⁴ São classificados como aeródromos: heliportos; heliportos; pistas que recebem aeronaves de asa fixa e até mesmo os espaços que recebam hidroaviões e aviões anfíbios.

5 DESENVOLVIMENTO RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS DE EXTENSÃO RURAL NO BRASIL E EM ANGOLA

Para que se possa apresentar um cenário de como foram constituídas as políticas públicas no Brasil e em Angola torna-se importante, antes de mais nada compreender o conceito de extensão rural. Para Olinger (2001), extensão rural é um processo educativo que visa o desenvolvimento rural. Para tanto, se utiliza de instrumentos e metodologias que levam o produtor rural a compreensão da mensagem, de modo que se torne emancipado para tomadas de decisão. Os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) envolvem processos de ensino permanente e contínuo, que deve apegar-se no diálogo e numa pedagogia construtivista. Tem como papel a melhoria da construção de diálogo entre os extensionistas e os produtores rurais, estimulando para a melhor qualidade de vida e fortalecimento da cidadania.

5.1 Desenvolvimento rural e políticas públicas

Como afirma Teixeira (2015), as políticas públicas são fundamentais para a promoção do desenvolvimento local, afinal é por meio destas que são norteadas as ações governamentais em nível setorial e local.

Para tanto, torna-se fundamental compreender o conceito de desenvolvimento rural que, para Navarro (2001) é uma ação previamente planejada que leva à transformações no ambiente rural, tendo o Estado nacional e seus entes federados como cruciais.

Destaca-se que há inúmeras discussões sobre ambiente rural e ambiente urbano que “levam a uma tentativa de definição, baseando-se em história, política, cultura, economia e adventos da atualidade, em busca de uma compreensão simplificada destes ambientes” (BERNARDES; BERNARDO; QUEIROZ, 2016, p.139). No entanto, não há conclusões definitivas sobre o conceito, uma vez que os espaços atuais são impregnados uns pelos outros (RUAS, 2005; BERNARDO *et al.*, 2017).

Para Kageyama (2003, p.145), o desenvolvimento rural deposita sua especificidade em uma base territorial, local ou regional, sobre a qual estão presentes vários setores produtivos. Nesse sentido a autora diz que hoje o espaço rural demanda desenvolvimento de infraestrutura, serviços e ofertas de trabalho que mantenham ou atraiam a população para a área rural. Desse modo, “o desenvolvimento rural além de multissetorial, deve ser também multifuncional”.

Outra questão fundamental abordada por Kageyama (2003) é a de que, necessariamente, o desenvolvimento rural não pode apresentar apenas a perspectiva econômica,

mas também social e ambiental. Seguindo desse modo, a natureza da sustentabilidade. Desse modo, falar em desenvolvimento rural obriga-se a uma abordagem sustentável do mesmo e, para tanto, as políticas públicas rurais deverão oferecer elementos que, não apenas fomentem, mas também garantam essa sustentabilidade.

Entende-se, nesse sentido, políticas públicas, de acordo com Lasswel (1992), como programas projetados com finalidade, valores e prática. Santana (2020) complementa dizendo que as políticas públicas são os diversos tipos de ação adotados por um governo que visam a solução dos problemas sociais. No que se refere às políticas públicas voltadas para os problemas rurais, a extensão rural é uma das políticas de maior alcance, visto que envolve questões de educação, comunicação e técnicas agrícolas, sendo uma das principais responsáveis pela transferência de tecnologia para o campo.

Reforça a importância da extensão rural para Angola, Maiato (2016) ao dizer que uma das maiores dificuldades para uma agricultura sustentável na África é a ausência de acesso à informação e assistência técnica. A dificuldade é justificada ao dizer que essa falta de informação ocorrida na África, sobretudo em Angola, faz com que os agricultores angolanos não consigam cultivar mais de 2 ha por família.

Nesse mesmo sentido, Oliveira, Araújo e Queiroz (2017, p.530) destacam a importância da extensão rural e sua relação com o acesso ao crédito no Brasil. Ambas as políticas, de acordo com os autores, estão intrinsecamente relacionadas e contribuíram “para o fortalecimento dos agricultores, que tornaram suas propriedades mais diversificadas interna e setorialmente”.

Segue uma trajetória da extensão rural, primeiramente no Brasil e depois em Angola de modo que se possa identificar onde tais caminhos se cruzam, quando se aproximam e quando divergem. Tal reconstituição será fundamental para verificar as experiências positivas e negativas em ambos os países, de modo a fomentar futuras parcerias em busca de uma relação bilateral em que ambos os países possam ser beneficiados, desenvolvendo suas potencialidades.

5.2 Extensão rural no Brasil

A assistência técnica pública de extensão rural institucionalizada surgiu nos Estados Unidos da América (EUA) e na Europa em fins do século XIX. Nos EUA, sob o qual o modelo brasileiro se espelhou, destacaram-se os *farms institutes*, institutos privados criados em 1839 e que, posteriormente, em 1914, foram substituídos pela assistência pública vinculada ao Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (ROS, 2012; CASTRO; PEREIRA, 2017).

Apesar de Peixoto (2008) argumentar que há indícios de processos de extensão rural no Brasil, desde o Império, pode-se dizer que a ATER começou oficialmente no Brasil em 1930, com a Semana do Fazendeiro, realizada pela Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa em Minas Gerais que hoje é denominada Universidade Federal de Viçosa.

No entanto, somente no governo Vargas (1945 a 1950) são iniciados os serviços oficiais de extensão rural no país. Tais serviços são decorrentes de um convênio estabelecido entre Brasil e Estados Unidos que deu origem a um projeto piloto na Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) no município de Santa Rita do Passa Quatro (PEIXOTO, 2008).

Somente em 1948, quando os serviços passam a ser institucionalizados e ocorre a criação de convênios entre Brasil e Estados Unidos (EUA), é quando ocorre a implantação do Programa Piloto de Santa Rita do Passa Quatro e na fundação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) em Minas Gerais (OLIVEIRA, 1999).

Depois do Programa de Minas Gerais, rapidamente o modelo inspirado na experiência mineira espalhou-se por vários estados brasileiros, com a elaboração de projetos e acesso ao crédito. Destaca-se que a princípio, no final da década de 1940 e ao longo de toda a década de 1950, o governo federal brasileiro teve uma participação muito pequena na criação dos serviços de ATER (CASTRO; PEREIRA, 2017).

A extensão rural, decorrente da política desenvolvimentista estabelecida no país no pós-guerra, tinha como objetivo promover melhores condições de vida da população rural e estimular a modernização agrícola, que foi inserida nas estratégias para a industrialização do país na época (BRASIL, 2004).

Caporal e Costabeber (1994) enfatizam que o serviço de extensão rural foi criado no Brasil com objetivo de transmitir aos produtores rurais conhecimento e contribuir para a implementação de novas tecnologias.

Inspirado no modelo norte americano, o método de ação da ACAR não era aplicado diretamente pelas universidades, mas sim por associações. A ACAR, a princípio, não teve muito sucesso e, posteriormente, adaptada à realidade brasileira expandiu-se para vários outros estados e em 1974 já contava com 23 ACAR, que juntamente com a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) formavam o Sistema Brasileiro de Extensão Rural (SIBER) (PEIXOTO, 2008).

A ATER no Brasil esteve vinculada ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), desde 1970. No entanto, apesar da responsabilidade legal atribuída ao órgão, o INCRA não conseguiu fazer essa coordenação com êxito. Tal dificuldade de coordenação fez com que o Sistema Brasileiro de Extensão Rural, a partir de 1974, fosse estatizado, o que

ocorreu por meio da Lei nº 6.126, de 06 de novembro de 1974. A referida lei autoriza o Poder Executivo a instituir a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater). A Embrater é uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura, como pessoa jurídica de direito privado e patrimônio próprio e com objetivo de promover sua integração com Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)¹⁵. Essa lei autoriza ainda o apoio financeiro às instituições estaduais oficiais que atuassem em assistência técnica, extensão rural e pesquisa agropecuária (CAPRISTANO; SOUZA, 2013).

A Embrater criada pelo Decreto nº 75.373, de 14 de fevereiro de 1975, foi aos poucos absorvendo as estruturas das ACAR e outras estruturas governamentais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e veio a constituir o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (Sibrater), que também passou a abranger organizações não estatais de ATER (PEIXOTO, 2008).

Na década de 1980, crises fiscais e econômicas no Brasil afetaram a imagem dos serviços de extensão. Os extensionistas encontravam-se desmotivados, eram pouco competentes e o atendimento era ineficiente. Com esse cenário de descrédito, a Embrater foi extinta ainda no ano de 1990, desarticulando o sistema de ATER. Em função disso, foram criadas diversas estratégias pelos estados como forma de garantir acesso a recursos, em especial, os financeiros. Nesse processo, também houve fusão entre as ATER e empresas de pesquisa agropecuária ou até privatização. Surgiram nesse período, novas formas de organização da extensão, por meio da iniciativa privada ou do terceiro setor (DIESEL *et al.*, 2008; CAPRISTANO; SOUZA, 2013).

O afastamento do Estado e a redução significativa da extensão rural ‘pública’ fez com que os serviços de assistência técnica voltados à agricultura familiar ou a pequenos e médios produtores rurais se tornassem escassos ou deficitários, o que aumentou o êxodo rural e ampliou a exclusão social na zona rural (DIESEL *et al.*, 2008). Destaca-se que esse afastamento ocorreu a despeito da Constituição Federativa do Brasil de 1988 e da Lei Agrícola de 1991 que preconizam como responsabilidade do Estado o oferecimento de serviços de ATER pública e gratuita para pequenos agricultores (BRASIL, 2004).

Já nos anos 2000, observa-se um novo movimento das políticas públicas de ATER, com a inclusão da sustentabilidade econômica, social e ambiental. Esse movimento pode ser observado, por meio do Decreto nº 3.508, de 14 de junho de 2000, que instituiu o Conselho

¹⁵ Embrater – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, criada oficialmente em 26 de abril de 1976, com objetivo de desenvolvimento de tecnologia, informações técnico-científicas voltadas para agricultura e pecuária nacional (Embrapa, 2015).

Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDR). Fato que registra a inclusão da sustentabilidade na pauta das reflexões do Estado (PEIXOTO, 2008).

Após o vazio deixado pela extinção da Embrater em 1990, houve um marco histórico no início dos anos 2000, com a coordenação nacional dos serviços de ATER pelo Estado brasileiro. Para tanto, este cria em 2004, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), com definição de sua missão, o público a ser beneficiado, com metodologia e novas tecnologias a serem empregadas pelo serviço público oferecido por meio da Assistência Técnica e Extensão Rural (CAPRISTANO; SOUZA, 2013).

Após amplo processo de discussão e consulta à sociedade, pelas vias de um processo participativo, surgiu a PNATER, que passou a ser implementada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER), ligado à Secretaria da Agricultura Familiar (SAF). Com intuito de fortalecer os serviços de ATER no Brasil, o governo federal estabeleceu políticas públicas direcionadas a sua qualificação e reorganização (CAPORAL; RAMOS, 2006).

Caporal e Ramos (2006 p.3) dizem que: o Serviço de Extensão Rural tem como objetivo o desenvolvimento sustentável na zona rural, “com ênfase em processos de desenvolvimento endógeno, adotando-se uma abordagem sistêmica e multidisciplinar, mediante a utilização de métodos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia”. Para eles, a PNATER deve interferir na melhoria da gestão social, por meio de um processo educativo, continuado, com base em uma prática que promova diálogo entre as partes e o construtivismo como pedagogia. Por fim, que a extensão rural possa facilitar o relacionamento entre o rural e o urbano, contribuindo com o fortalecimento da cidadania, melhora na qualidade de vida e com alimentos mais saudáveis.

Para Diniz e Hespanhol (2018), a PNATER procurou implementar uma transformação significativa nas bases conceituais, filosóficas e metodológicas da extensão rural brasileira. Nessa direção buscou romper com o paradigma difusionista-inovador e com o pacote tecnológico ofertado a partir da Revolução Verde¹⁶. A partir dessa ruptura o programa pretendeu reorientar as práticas e seus fundamentos em uma abordagem agroecológica e

¹⁶ Para Santos *et al.* (2017), objetivando o aprimoramento e a qualificação das práticas agrícolas, a ciência e a tecnologia buscaram o desenvolvimento de técnicas que alteraram completamente a agricultura praticada até o final dos anos de 1970. A partir desse novo modelo denominado Revolução Verde, as práticas da agricultura industrial e/ou química invadiram as culturas agrícolas. Desse modo, pode-se dizer que a chamada Revolução Verde é consequência de avanços científicos e técnicos significativos, cujas práticas envolvem a utilização de variedades com alta produtividade e uso intensivo de agroquímicos.

sustentável. Procurou ainda assegurar que os grupos, tradicionalmente marginalizados, como os ribeirinhos, indígenas, quilombolas, assentados, fossem beneficiários do serviço de ATER público.

Desse modo, a ação extensionistas passou a ser direcionada para uma perspectiva participativa, democrática e estabelecida por meio do diálogo entre os vários atores. Esse diálogo deveria partir do conhecimento da realidade local, transformando o produtor rural em protagonista do desenvolvimento rural em sua localidade, tendo como sustentáculo a sustentabilidade (DINIZ; HESPANHOL, 2018). Percebe-se que tal abordagem advém dos resultados promovidos a partir da Revolução Verde que implementou entre outras tecnologias os insumos químicos.

Apesar das diversas críticas direcionadas à Revolução Verde, é inegável o impacto que esta promoveu na agricultura de muitos países, sobretudo quando se fala em aumento de produção e de produtividade de importantes cereais (como milho e soja). Mas é importante destacar que esse processo também trouxe problemas relevantes, como “problemas da equidade e os fracassos para alcançar a estabilidade e a sustentabilidade da produção” (COSTABEBER, 1998, p.5). Ainda segundo o autor, o uso intensivo de insumos químicos e adoção de variedades de alto rendimento, a participação de agroindustriais multinacionais com objetivo de modificar os processos biológicos, resultaram em completo abandono dos princípios fundamentais de sustentabilidade.

Por sua vez, a PNATER traz como uma de suas principais estratégias, um olhar sistêmico com ênfase em um modelo inovador composto pela multidisciplinaridade e pela interdisciplinaridade. Busca-se por meio dela, introduzir uma abordagem mais colaborativa trazendo um novo perfil de extensão rural nacional, com base em um diálogo construído por um processo de comunicação eficiente e de valores sustentáveis (BRASIL, 2004; 2010). Procura-se com isso: o desenvolvimento rural sustentado; gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de ATER; adoção de metodologia participativa, com enfoque multi e interdisciplinar; adoção dos princípios da agricultura de base ecológica de forma preferencial; equidade nas relações de gênero, geração e etnia; e contribuir para a segurança e soberania alimentar e nutricional.

Apesar de todo esses esforços, Caporal e Ramos (2006) afirmam que essas novas orientações se diferem das antigas práticas adotadas, que viam o produtor rural como um sujeito passivo, como sendo um depósito de conhecimentos e dos pacotes gerados pelas pesquisas, e que na grande maioria das vezes, continha conteúdos inadequados para suas realidades.

Zanott *et al.* (2015) dizem que a PNATER resume um conjunto de elementos que denominaram ‘Repensar da extensão rural’ com ênfase no desenvolvimento sustentável, no valor do conhecimento e das culturas das comunidades tradicionais, nas metodologias participativas entre outros.

A Lei nº 12.188/ 2010¹⁷, trata de Assistência Técnica e Extensão Rural, regulamentada pelo decreto nº 7.215/ 2010, trazendo as características da PNATER. Já o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e Reforma Agrária o Pronater¹⁸, reforça que o serviço de assistência técnica e extensão rural seja mais voltado aos agricultores familiares que se enquadram na Lei nº 11.326, de 24 de junho de 2006, em especial os produtores de áreas de reforma agrária e comunidades específicas.

O Pronater tem como objetivo principal o fortalecimento de ações de Assistência Técnica e Extensão Rural para implementação da Política Nacional de ATER, com ênfase na universalização do conhecimento do homem do campo. Como diretrizes fundamentais busca retratar: a inclusão social; fazer a transição para a agricultura de base ecológica; prover a fluidez das relações entre a ATER-pesquisa-ensino; entre outros (BRASIL, 2010; BRASIL 2005).

Seguir as orientações do Pronater requer um maior relacionamento entre o ensino e a pesquisa, geração de conhecimentos e de tecnologias que sejam mais adequadas à agricultura familiar, assim como formação de equipes técnicas preparadas e dotadas de capacidades para atuar em sintonia com as demandas provenientes do meio rural (VIEIRA, 2016).

De acordo com Vieira (2016) e Bernardo *et al.* (2015), a ATER no Brasil, está em constante construção e direcionamento. Com a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), instituída por meio do Decreto nº 8.252, de 26 de maio de 2014, amplia-se a oferta de serviços de assistência técnica, principalmente direcionados aos agricultores familiares. Esse foco é reforçado também pelo Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pronater) que indica que

¹⁷ Lei nº 12.188 sancionada em 11 de janeiro de 2010 institui a Política Nacional de ATER - PNATER e de Reforma Agrária e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e Reforma Agrária – Pronater e altera a Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993 (BRASIL, 2010, p. 1).

¹⁸ Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e Reforma Agrária “O Pronater estabelece os fundamentos da Ater pública e as ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria da Agricultura Familiar/Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (MDA/SAF/DATER), apontando a estratégia de operacionalização da PNATER. Abrange desde o nivelamento conceitual dos temas centrais da política nacional, passando pelas parcerias já estabelecidas, pela construção dos programas estaduais, pela formação de agentes de ATER, pela capacitação de agricultores familiares, pela formação de quadros para a ATER Setorial (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, aquículturas, extrativistas, jovens e mulheres trabalhadoras rurais) até a qualificação e ampliação dos serviços de ATER no país” (BRASIL, 2005, p.2).

¹⁹ Lei 11.326 de 24 de junho de 2006 – Lei que estabelece parâmetros de enquadramento para o agricultor familiar e empreendedor familiar rural (BRASIL, 2006).

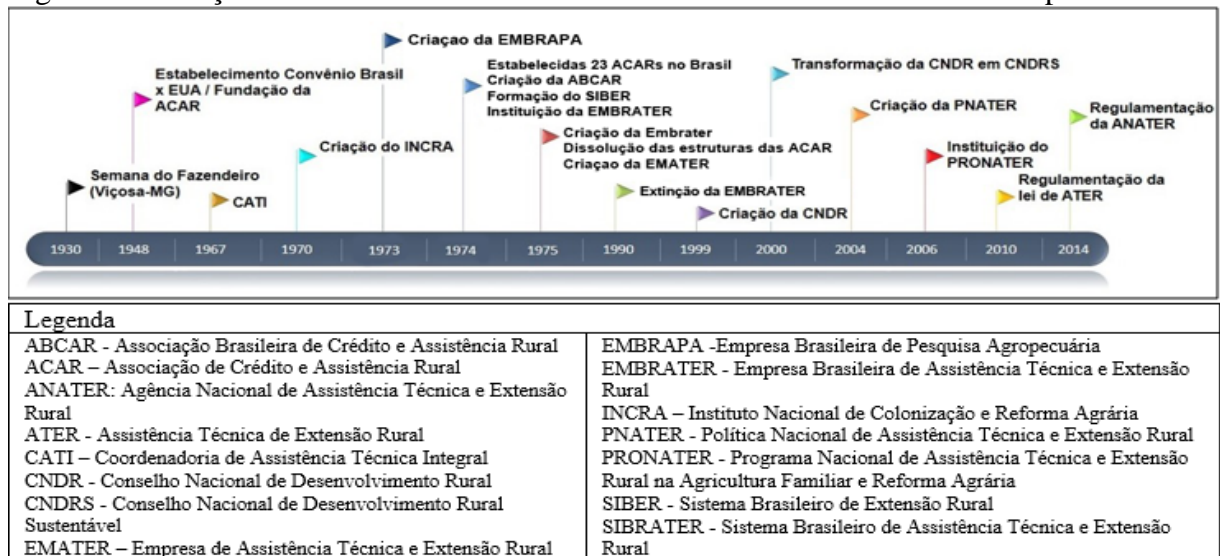
os serviços devem atender os produtores familiares, sobretudo, aqueles oriundos de áreas de reformas agrárias e comunidades específicas.

A Embrapa, por sua vez, desempenha um papel de integração das etapas das cadeias produtivas, favorecendo articulação entre a pesquisa do agronegócio e a assistência técnica, colaborando para o desenvolvimento da ATER em nível nacional, objetivando o desenvolvimento sustentável do agronegócio (BERNARDO *et al.* 2015).

Em 2014, ano em que é oficializada, a ANATER passa a ser tratada como sendo uma Política de Assistência Técnica e Extensão Rural contemporânea (BRASIL, 2014, p. 1).

A Figura 2 traz uma evolução no tempo dos principais fatos e datas que auxiliam no entendimento dos serviços de assistência técnica e extensão rural no Brasil.

Figura 6 - Serviço Assistência Técnica e Extensão Rural brasileira: Linha do tempo



Fonte: Vieira (2016).

A linha do tempo com as principais políticas públicas de ATER (Figura 2), destaca que considerando as políticas de ATER (tratadas como contemporâneas), somente a partir da criação da PNATER, passando para o Pronater e depois a ANATER, é que se pôde atender públicos diferentes e formados a partir dos vários segmentos do agronegócio, por meio de políticas mais abrangentes.

No entanto, atualmente a extensão rural pública no Brasil está bastante defasada. Há poucos técnicos, baixa infraestrutura, descontinuidade das políticas públicas e projetos oferecidos aos produtores e falta de apoio dos governos ao desenvolvimento rural. Muitos pequenos produtores reclamam da ausência de uma assistência efetiva. Na maioria das vezes a extensão pública tem sido substituída pelos serviços técnicos oferecidos pelas empresas que

vendem insumos. Tanto os produtores quanto os técnicos ressaltam a importância de se reativar os serviços públicos de assistência técnica, principalmente para produtores familiares e pequenos e médios produtores (LANDINI, 2015).

Na última década, percebeu-se uma grande mudança no modo de atuação dos serviços de assistência técnica e extensão rural no Brasil. Segundo Landini (2015, p. 372) a ATER passou de uma formação centrada na transferência de tecnologia para outra de ações que buscam à “organização dos agricultores, a gestão de processos participativos, o apoio à comercialização e a articulação interinstitucional desde uma perspectiva territorial, todo no contexto de uma forte preocupação ambiental”, tendo como foco principal a agricultura familiar.

O Quadro 1, destaca as principais políticas contemporâneas de ATER a partir de 2004. Traz ainda um novo olhar ao processo dialógico entre os pesquisadores do agronegócio, extensionistas com os agricultores familiares, pequenos e médios produtores rurais.

Cabe aqui ressaltar a ausência do ‘grande produtor rural’, que ficou de fora do ‘Público Atendido’ das políticas públicas de ATER (Quadro 1). Esse público vem sendo atendido por empresas privadas, principalmente por meio de consultorias e fornecedores de insumos, uma vez que dispõem de recursos financeiros e tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento de competências técnicas, o que não é realidade, do modo geral, para o pequeno produtor.

Quadro 1 - Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil: Políticas Públicas

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATER	LEGISLAÇÃO	PÚBLICO ATENDIDO	DEFINIÇÃO
PNATER 2004		"agricultores familiares, assentados por programas de reforma agrária, e outros públicos definidos como beneficiários dos programas do MDA/SAF".	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
	Lei nº 12.188 de janeiro de 2010 Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993	Agricultores familiares que se enquadram na Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006;	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
PNATER e PRONATER 2010	Decreto nº 7.215 de 15 de junho de 2010	Recentemente atualizada com o Decreto nº 9.064 de 31 de maio de 2017	

ANATER	Lei nº 12.897 de 18 de dezembro de 2013 Decreto nº 8.252 de 26 de maio de 2014	Agricultores familiares e os médios produtores rurais	Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
---------------	---	--	--

Fonte: Vieira (2016).

O Quadro 1 trata ainda de políticas públicas que buscam fortalecer a integração dos pilares pesquisa-ensino-extensão. O objetivo de suas políticas é a formação de redes solidárias entre instituições, com foco no compartilhamento de saberes entre as universidades e os produtores rurais, tendo o extensionista como ligação entre os primeiros. Busca-se com essas políticas, o desenvolvimento rural sustentável, preservando e respeitando as especificidades inerentes do agronegócio e dos indivíduos habitantes da zona rural (VIEIRA, 2016).

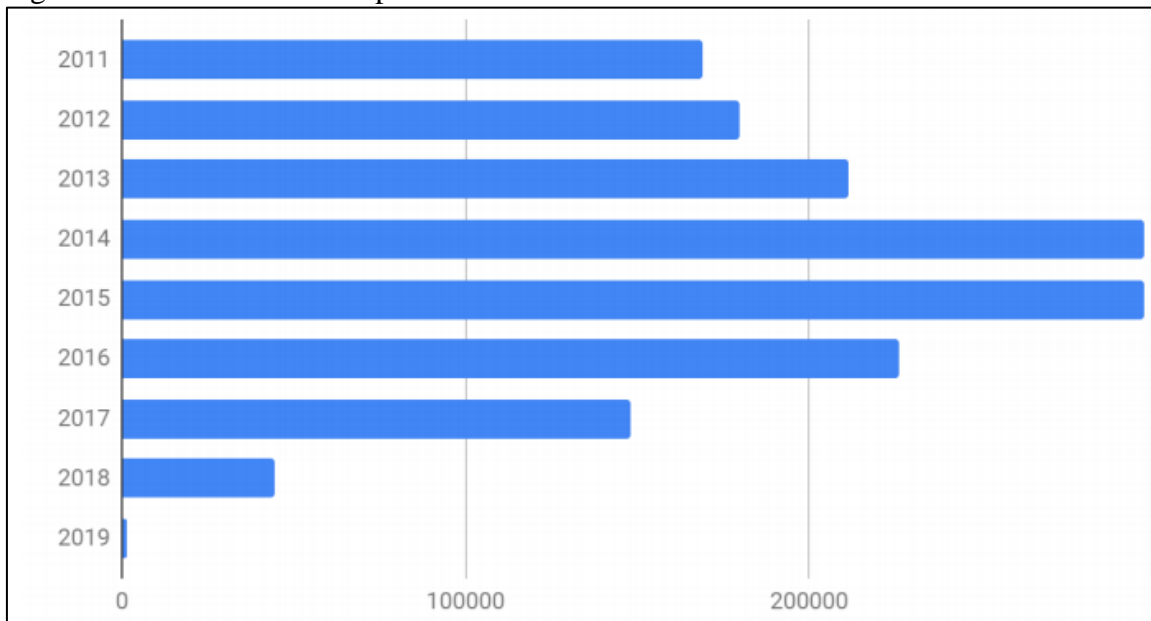
No entanto, para que o desenvolvimento rural sustentável realmente seja uma realidade, são necessárias mudanças institucionais que atendam às exigências da sociedade rural quanto ao pleno exercício da extensão rural (COSTABEBER; CAPORAL, 2003).

Os novos desafios para implementação de estratégias de produção mais limpas no agronegócio, devem ser enfrentados com a inclusão dos seguintes conteúdos desenvolvidos pela ATER: “a reorganização do trabalho e da produção dentro de uma ótica do associativismo/cooperativismo e da economia solidária; as desigualdades sociais associada a gênero, etnias e geração”, buscando o desenvolvimento sustentável e incluindo novas tecnologias de comunicação e de informação (CALLOU *et al.*, 2008, p.87).

São muitas e inovadoras as propostas mais recentes da ANATER para a Política de Assistência Técnica e Extensão Rural. Entretanto, como afirmam Castro e Pereira (2017), torna-se muito difícil a efetivação de tais propostas colocadas a um sistema que já está praticamente extinto. Uma vez que após o término da Embrater, boa parte dos estados deixaram oferecer o serviço de ATER pública e outros ainda dispõem do serviço, mas as estruturas estão praticamente inoperantes por falta de verbas, infraestrutura e reposição de pessoal.

Tais constatações encontram aporte nos dados de 2019 apresentados pela Diretoria de Gestão Estratégica, Monitoramento e Avaliação (DGMA) da Secretaria de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Sustentável (SEAD). A figura 3 indica o número de famílias beneficiadas pela ATER pública no Brasil entre os anos de 2011 a 2019.

Figura 7: Famílias atendidas pela ATER entre 2011 e 2019



Fonte: DGMA (2019)

Desse modo, para se vislumbre a possibilidade dessa política que traz elementos importantes, como a produção sustentável, é necessária a reconstrução dessa capacidade e a construção de parcerias público-privadas. “Há dúvidas sobre a capacidade estatal em conduzir essa empreitada, bem como quanto aos resultados que serão obtidos desse processo. De qualquer modo, a iniciativa atendeu a demanda antiga dos agricultores familiares” (CASTRO; PEREIRA, 2017, p.38).

De acordo com Castro e Pereira (2017), espera-se que mesmo dentro das limitadas capacidades financeiras apresentadas pelo país, se possa oferecer atendimento ao pequeno produtor, o produtor família, os assentados e comunidades tradicionais – da melhor forma possível, visto que é evidente a necessidade demandada por esse público-alvo que enfim havia sido contemplado pela política de ATER.

5.3 Extensão rural em Angola

Em Angola, a trajetória da extensão rural é mais recente que no Brasil e bem menos experiente. Começou entre as décadas de 1950 e 1960, com as missões religiosas e, em seguida, outros organismos passaram a adotar a metodologia extensionista, visando o desenvolvimento da cultura de cereais no planalto central e, nas outras regiões, as culturas silvopastoris e do algodão. Posteriormente, foi implementado o café, na região norte (ANGOLA, 2008).

Destaca-se que o termo extensão rural é também conhecido em Angola como ‘vulgarização’ ou ainda ‘animação rural’. O princípio da atividade educativa extensionistas em

Angola é marcada pela intervenção do governo, por meio dos técnicos, na prática agrícola do país. Tal intervenção fez com que a política agrícola traçada pelo país fosse seguida e foram difundidos métodos mais modernos de produção. No entanto, tal como no Brasil, a importação de técnicas mais modernas sem a aplicação à realidade de Angola nos anos de 1950 e 1960, fez com que os produtores rurais não adotassem tais práticas e, assim foram considerados ignorantes e que não estavam em consonância com o novo contexto socioeconômico agropecuário (ANGOLA, 2014).

Na década de 1960, surge a Missão de Extensão Rural de Angola (ERA), que traz uma nova filosofia de intervenção, que se assenta no ensino informal dos camponeses, por meio da popularização das formas de produção e de acesso ao crédito agrícola, inserindo práticas de apoio social voltadas para as atividades domésticas das famílias. A ERA tinha como objetivo introduzir uma nova metodologia de trabalho integrada e participativa, visando a melhoria nas produções e nas condições de vida da população nas áreas onde foram implementados os projetos (PAIN, 2007).

Em 1975, houve uma paralisação nas atividades agrícolas e serviços de extensão, devido ao conflito armado pela proclamação da independência nacional. O clima de instabilidade vivido em Angola em decorrência da independência fez com que cerca de 300 mil portugueses (denominados colonos brancos) abandonassem o país em direção a Portugal. Tal êxodo teve um enorme impacto negativo na reconstrução da zona rural visto que muitos portugueses ocupavam o quadro técnico no governo Angolano (PAIN, 2007).

Pain (2007) destaca que a ausência dos técnicos portugueses foi em parte solucionada pelos profissionais enviados por Cuba para ajudar Angola. Ainda hoje nas ruas de Luanda pode-se perceber a influência cubana, como no Estádio de Cidadela.

Ainda no ano da Independência do país, Angola tem, no artigo 8 da Lei Constitucional de 1975 que a “República Popular de Angola considera a agricultura como base e a indústria como fator decisivo no seu desenvolvimento”. Depois, ainda dando enfoque na agricultura, o governo angolano decidiu chamar o ano de 1978, como ano da agricultura.

Galli (1987) diz que nos primeiros anos da independência, ainda motivados com a libertação, mais de 90 mil camponeses atenderam ao pedido do governo angolano em constituir cooperativas agropecuárias. No entanto, o governo não ofereceu nenhum apoio de fato a eles. Assim, aos poucos o governo foi criando as chamadas fazendas estatais, controlando toda produção agrícola no país. Em termos de base e operacionais a intervenção do Estado se deu por meio das chamadas Estações de Desenvolvimento Agrário (EDA) vinculada ao Instituto de

Desenvolvimento Agrário (IDA) foram incumbidos de dar apoio técnico e material aos camponeses e às cooperativas.

Nas áreas que receberam a intervenção as EDA é constatada uma melhoria do apoio técnico e material o que se refletiu em resultados positivos, sobretudo no caso da produtividade do milho, do tabaco e do algodão (ADRA, 2003; GALLI, 1987).

No entanto, as estações tiveram como base intervencionista a modernização da agricultura camponesa, sem, no entanto, criar um cenário que possibilitasse tal modernização. Estabeleceu-se uma dependência muito grande entre as associações e o Estado, agravada pela degradação das estruturas do setor. Na tentativa de solucionar tais problemas, o governo cria em 1990, a União Nacional dos Camponeses Angolanos, de modo a fomentar uma maior participação dos camponeses nas atividades econômicas, sócias e políticas do país. A UNACA estabeleceu programas que poderiam resultar em uma aproximação entre camponeses e os caminhos para a solução. No entanto, esses projetos só aumentaram a burocracia e o distanciamento entre as soluções e os camponeses (ADRA, 2003; GALLI, 1987).

Para Cardoso (2004) o declínio da agricultura angolana no período pós-independência é caracterizado por quatro fatores principais. O primeiro foi o fato da população rural angolana, com baixa formação profissional e educacional ficou sem assistência técnicas científicas e econômicas em decorrência da fuga dos técnicos agrários qualificados e dos colonos que cuidavam da comercialização. O segundo fator decorre da nacionalização das fazendas abandonadas pelos colonos, sendo que o Estado não conseguiu efetuar uma boa gestão. Em terceiro está o aumento da população e conseqüente aumento de demanda por alimentos. E, por último, a ausência de incentivos para a produção de excedentes, decorrentes da deficiência nos sistemas de transporte, comunicação e comercialização.

Somente em 2008, o Governo Angolano volta a oferecer o serviço de Extensão Agrícola, com a implantação do Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural, sob a tutela do Instituto de Desenvolvimento Agrário, vinculado ao Ministério da Agricultura (MINAG). (ANGOLA, 2008).

Percebe-se uma lacuna temporal de mais de 30 anos no desenvolvimento rural em Angola. Tal lacuna registra também uma defasagem evidente na tecnologia agrícola e, conseqüentemente, uma inexistência nos serviços de extensão rural. Apesar disso, há na atualidade um cenário promissor para a evolução do agronegócio em Angola, como se pode perceber nos dados do Orçamento Geral do Estado (OGE), que indicavam que, já em 2011, a agricultura era um dos setores mais dinâmicos para o crescimento da economia.

No entanto, como Neto (2006) alerta para os perigos da transfiguração de uma Angola agrícola para uma Angola que dependente exclusivamente do petróleo. O autor atribui ao petróleo o empobrecimento da maioria da população e destacam a dificuldade da revitalização do setor agrário no país.

Pacheco, Carvalho e Henriques (2013) relatam que antes da Guerra Civil, Angola era um país com autossuficiência na produção de alimentos. Entretanto, o conflito armado que durou 27 anos, fez com que parte considerável da população migrasse para a zona urbana o que diminuiu consideravelmente a produção agrícola, reduzindo-a a uma agricultura de subsistência e dependente da importação.

A população que permaneceu no campo recebeu apoio de uma ONG Angolana denominada ADRA (Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente). Fundada em 1991, os objetivos do programa de extensão desenvolvimento pela ADRA eram o de: desenvolver as comunidades com a intervenção de agentes externos à comunidade; identificação da área era promovida sem a participação da comunidade; a ação era dirigida ao ‘homem da família’ e não a mulher; promoção da indústria caseira; desenvolver a pesquisa técnica (ADRA, 2003). A ADRA continua atuante ainda nos dias atuais.

Como principal responsável governamental pelas estratégias para o setor agrícola em Angola, o Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (MINADER) tem desenvolvido algumas iniciativas que visam o desenvolvimento do setor no país. Dentre tais iniciativas, está o Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural (PEDR) que, implantado oficialmente em 2005 no município de Andulo, no Bié, tem como objetivos contribuir para a segurança alimentar e redução da pobreza; integração das comunidades rurais ao desenvolvimento econômico e social do país; organização da produção das comunidades rurais; aumento da produção e da produtividade das empresas agrícolas familiares; melhoria na condição e qualidade de vida da população abrangida. Entende-se como empresa agrícola familiar aquela unidade formada em sua essência, somente pela família e que visa satisfazer às suas necessidades alimentares, comercializando apenas o excedente da produção (ANGOLA, 2014).

Percebe-se que a República de Angola tem, em parte, sua produção agropecuária organizada pela sociedade camponesa. Esta, no entanto, não é estática e tem evoluído e sofrido influências externas, principalmente trazidas com as parcerias internacionais que afetam as técnicas agrícolas. Atualmente as comunidades camponesas angolanas estão organizadas em quatro tipos de empresas agrícolas familiares. A primeira delas mantém sua economia baseada na subsistência; as que asseguram grande parte nas suas necessidades, mas que geram

excedentes regularmente e já apresentam alguma importância comercial; a terceira que cuja atividade está mais focada na economia agropastoris e parte das receitas monetárias são obtidas com o comércio de animais. A atividade é complementada com uma produção agrícola que varia de região para região e apenas uma parte é destinada às necessidades de consumo, tendo uma importância comercial relevante; por fim, a última, aquela que cuja economia é claramente influenciada pela produção mercantil, sendo reduzida a produção destinada à subsistência da família, comercializando a produção e em algumas épocas chegam a contratar mão-de-obra assalariada (ANGOLA, 2014).

Para a FAO (2017), o auto índice de importações ocasiona sérias consequências para a segurança alimentar de Angola, sobretudo junto às famílias de baixa renda, o que significa mais de metade da população do país.

Na tentativa de mudar esse cenário, o governo Angolano cria, em 2009, a Estratégia Nacional de Segurança e Nutricional (ENSAN), com um plano para o período entre 2009 e 2013. A ENSAN tinha como objetivos aumentar e diversificar a produção agropecuária de modo sustentável, ofertando um melhor abastecimento de alimentos para a população e melhores condições para o meio rural. Visava ainda garantir a disponibilidade de alimentos, interligando zonas com excedentes e zonas com demandas e também revitalizar e diversificar a economia rural angolana, como estratégia para o combate à fome e à pobreza e maior segurança alimentar (PACHECO; CARVALHO; HENRIQUES, 2013).

Tal estratégia fazia parte do PND 2013-2017, que por meio do Ministério do Planeamento de Desenvolvimento do Território (MPDT) implementou alguns programas e políticas públicas para os setores econômico, infraestrutura e social. O setor econômico englobou as áreas da agricultura, da pesca e do comércio. A infraestrutura abrangeu a água, energia e o setor de construção civil e o social atingiu a família, a mulher, a saúde, a educação, a habitação e a reinserção social (ANGOLA, 2012).

Para a agricultura o Ministério tinha como objetivos

desenvolver uma agricultura competitiva assente na reorientação da produção familiar para o mercado e no relançamento do sector empresarial, reabilitar e expandir as infraestruturas de apoio à produção agropecuária, alcançar a autossuficiência dos produtos alimentares de base, reduzir as importações e contribuir para a diversificação da atividade económica e promover a criação de emprego e contribuir de forma significativa para o aumento de rendimentos da agricultura familiar (ANGOLA, 2012. p. 91).

Para que os objetivos o MPDT criou os seguintes programas: 1. Programa de fomento da atividade produtiva: que visava a realização de ações que dessem apoio às

campanhas agrícolas, assim como fomentassem a produção de sementes; 2. Programa de desenvolvimento da agricultura familiar: que tinha como meta a reabilitação e a construção de 30 Estações de Desenvolvimento Agrário (EDA), o incentivo à agricultura familiar voltada para o mercado e o aumento da capacidade de assistência técnica aos produtores; 3. Programa de desenvolvimento da agricultura comercial: que objetivava garantir a instalação dos polos agroindustriais de Capanda, Cubal, Longa, Quizenga, Pedras Negras, Camabatela, além de dar apoio ao programa de desenvolvimento agropecuário de reabilitação das estações experimentais do café de Amboim e Ganda, por meio do desenvolvimento de uma campanha de marketing que visava a promoção do Café de Angola (ANGOLA, 2012).

Apesar do esforço empreendido, Pacheco, Carvalho e Henriques (2013) alerta que muitos fatores ainda dificultam o desenvolvimento agrícola em Angola, dentre os principais pode-se destacar a falta de mão-de-obra qualificada, a indisponibilidade de recursos financeiros e a ausência de incentivos aos produtores e extensionistas.

Tais fatores acabam por gerar consequências indesejáveis para um país que pretende desenvolver o setor agrícola. Dentre estes fatores, Pacheco, Carvalho e Henriques (2013) destaca:

- a) Baixa produtividade em decorrência do baixo nível tecnológico disponível no país e por dificuldades de acesso a insumos para a produção agrícola, nas quantidades necessárias e no momento adequado;
- b) As pesquisas voltadas para o setor não evoluíram, não há investimento em programas de investigação, assim como em laboratórios;
- c) A gestão empresarial é deficiente;
- d) Os custos de produção associados à importação de insumos de produção são elevados;
- e) Escassa experiência e atuação no setor, sobretudo na comercialização, por parte de dos diferentes atores, incluindo a governança.

Nota-se um esforço governamental e de organismos internacionais na revitalização do setor, por meio dos vários programas de extensão rural que integram as políticas agrárias do Governo Angolano. No entanto, tais esforços ainda não têm sido suficientes para promover a revitalização do setor de modo a combater de fato a pobreza e a fome (FAO, 2017).

Segundo Magaja e Agai (2018) desenvolver o setor agroalimentar de Angola é ponto fundamental para o combate à pobreza e à redução da fome. A infraestrutura, a aquisição de insumos, de capital de giro e de maquinários agrícolas precisam ser fomentados para que os

produtores possam ter acesso a tais recursos. E, para tanto, as taxas de juros precisam ser reduzidas.

Reis (2019) indica ainda que o somatório dos fatores bom nível educacional, boas habilidades e competências dos agricultores e acesso a insumos de produção devem estar num ambiente onde haja acesso a crédito. Estudos realizados por Dong *et al.* (2010) concluíram que produtores rurais poderiam aumentar em 31,6% a produtividade agrícola caso tivessem acesso ao crédito. Ayaz e Hussain (2011) destacam ainda que no setor agroalimentar a restrição ao crédito é ainda mais impactante negativamente.

Para MBomba *et al.* (2009, p.81) acreditam que os programas de extensão rural angolanos poderão desempenhar um papel de grande importância, se observarem medidas que visem o aperfeiçoamento tecnológico para as atividades agrícolas, assim como houver a facilitação de acesso ao que chamam de “factores produtivos, tais como sementes melhoradas, fertilizantes e máquinas agrícolas e o acesso ao crédito”.

Nesse sentido, torna-se importante conhecer os métodos de extensão rural utilizados no Brasil, para verificar se podem e como podem ser adaptados à realidade de Angola.

5.4 Métodos de extensão rural

Diante desta perspectiva, acredita-se que as teorias e métodos de extensão rural já bastante discutidos no Brasil, possam ser utilizados compartilhados e, de modo adaptado à realidade angolana, colaborarem para o desenvolvimento do país. Para tanto, passa-se a discutir a extensão rural e seus métodos de desenvolvimento.

Caporal e Ramos (2006) afirmam que a extensão rural brasileira tem como função contribuir para o enfrentamento das crises socioambientais causadas pelo modelo de desenvolvimento adotado pela agricultura convencional e que tem sido implementado nas últimas décadas.

Para Olinger, (2001), a extensão rural nada mais é que um processo educativo buscando o desenvolvimento rural, porém utilizando para isso, métodos simples e o entendimento das mudanças de seu ambiente, visando identificar suas necessidades e soluções de seus problemas.

O perfil do novo profissional extensionista para Callou *et al.* (2008), deve ser o de atender a realidade rural, buscando o desenvolvimento rural (não só visando a modernidade), atendendo os anseios dos diversos grupos sociais.

Caporal e Ramos (2006) dizem que a atuação da ATER requer uma metodologia interdisciplinar, exigindo lógicas e arranjos especiais para cada necessidade. E que os agentes

de ATER devem ser além de técnicos, também mediadores e incentivadores dos processos de desenvolvimento. Um bom extensionista, para Olinger (2001), tem que ter além de técnicas e métodos de trabalho, um bom conhecimento da área das ciências agrárias e, principalmente, ter familiaridade com os meios de comunicação.

Segundo Aader (2012), faz parte continuamente da ação extensionista a preocupação com o desenvolvimento rural, participando como um ator estratégico de sucesso na comunicação no campo, como fonte de informação, e também como interlocutor entre o pesquisador do agronegócio e o produtor rural.

De acordo com Olinger (2001), a extensão rural utiliza métodos simples e práticos para que o homem do campo possa compreender adequadamente as mensagens. Isso se dá por meio de processos dialógicos e que estimulam a participação do homem rural na identificação das suas necessidades, assim como na resolução dos próprios problemas.

Olinger (2001) quando abordou a extensão rural a definiu como um processo pelo qual os produtores rurais possam ter acesso à informação e se ajudar. A reflexão de Knapp apresentada em Olinger (2001) está direcionada à vertente pedagógica, que ensina o “fazer fazendo”, mesma perspectiva defendida por Freire (2010), ao afirmar que a educação rural deve ter como premissa fazer com que o homem rural possa ter instrumentos que o faça refletir sobre suas práticas.

Para Bordenave (1983), a extensão rural é vista como uma parte da comunicação rural e abrange a forma como os extensionistas e produtores rurais dialogam, de forma convergente, na busca do melhoramento das práticas agropecuárias. Assim, a extensão rural visa melhorar a vida no homem do campo e a comunicação ganha um papel de destaque nesse processo dialógico entre produtor e extensionista.

Assim, os vários métodos de extensão rural, que envolvem habilidades e competências comunicacionais, são utilizados para que os extensionistas possam transmitir da melhor forma possível o conhecimento e técnicas para o homem do campo. Destaca-se ainda que a extensão deve ir além das meras técnicas de reprodução, mas a informação transmitida deve ganhar sentido, para que o produtor possa refletir sobre a mesma e implementá-la ou adaptá-la de modo consciente.

Segundo Olinger (2001), o método de extensão é a forma de transmitir o conhecimento e, para isso, usa mecanismos informativos que são transmitidos aos produtores rurais de forma educativa. Partindo do pressuposto de comunicação educativa, em geral, são usados meios audiovisuais como impressos, filmes, rádio, televisão, entre outros. Nem sempre

os meios usados têm carácter educacional, mais têm como finalidade a mudança da mentalidade, hábitos e costumes.

Leal e Braga (2019) afirmam que os métodos de extensão rural eram restritos às técnicas usadas para a comunicação, tendo como base a eficiência. Eram métodos direcionados e lineares, cujas características eram a transferência de informação do técnico para o produtor. Em alguns momentos era apenas reprodutiva e outros passou-se a promoção de um sistema mais dialógico, mas a participação do produtor era na condição de aprendiz, sem muita autonomia no processo.

Como se pôde perceber no tópico sobre a história da extensão rural no Brasil, o país passou por várias etapas até chegar a atual formação. Algumas dessas etapas priorizaram métodos que valorizavam a imitação e outros a reflexão. Tal afirmação pode ser percebida, “uma vez que as estratégias de desenvolvimento e intervenção empregadas pelos extensionistas consideravam apenas os aspectos técnicos da produção agropecuária, sem observar os parâmetros culturais, sociais e ambientais do desenvolvimento rural” (VIEIRA *et al.*, 2020, p.47, tradução nossa²⁰).

Em síntese, independentemente do método pode-se dizer que a extensão rural visa a transferência da tecnologia para o campo, de modo a propiciar o desenvolvimento de uma dada região. O desenvolvimento rural está diretamente relacionado ao acesso à informação, aos serviços e ao crédito. Segundo Ramos (2001), o desenvolvimento rural se efetiva com a promoção dos aspectos econômicos, ecológicos, sócio culturais e políticas institucionais. Esse deve ajudar a melhorar a segurança alimentar, promover a educação e saúde, criar rendimentos e oportunidades de emprego. Tem como objetivo habilitar as pessoas nas regiões rurais a aumentar a sua possibilidade de escolha, delineando os seus próprios métodos e soluções sustentáveis.

De acordo o Shneider (2004), o desenvolvimento rural envolve um processo de mudanças socioeconômicas que têm lugar nos espaços rurais. Veiga (1998) define o desenvolvimento rural como processo sistemático mediante o qual uma economia consegue simultaneamente crescer, reduzir desigualdades sociais e preservar o meio ambiente. Ramos (2001) complementa a definição dizendo que o desenvolvimento rural promove a melhoria de

²⁰ This assertion is passive to be carried out, since the development and intervention strategies employed by the extensionists considered only the technical aspects of agricultural production, without observing the cultural, social and environmental parameters of rural development.

qualidade de vida das populações rurais, a exploração do solo ou das atividades agropecuárias, com a preservação ambiental.

Nessa mesma perspectiva, o governo de Angola (2008), definiu o desenvolvimento rural como um programa que visa a melhoria da produção e das condições da vida das comunidades rurais, dentro de uma estratégia apoiada no envolvimento e na participação das empresas agrícolas familiares e nas escolhas e prioridades estabelecidas por estas na integração dos seus conhecimentos. Estabeleceu como objetivos globais a contribuição para a redução da pobreza e para integração efetiva das comunidades rurais no desenvolvimento econômico e social do País. Tais objetivos específicos visam: a organização da produção das comunidades rurais; o aumento da produção e produtividade das empresas agrícolas familiares e a melhoria das condições de vida das comunidades abrangidas.

Em termos de Brasil, Lobão e Staduto (2018) refletem que a perspectiva de um desenvolvimento rural diretamente vinculada a atividade agrícola já foi há muito superada, no entanto, o Estado ainda precisa compreender essa nova realidade, de modo que possa planejar e implementar as políticas públicas corretamente.

De acordo com Van Der Ploeg *et al.* (2000) a mudança na organização rural para além da atividade agrícola devem prever novos objetivos, como por exemplo, a produção sustentável integrada com os ecossistemas locais e o desenvolvimento de atividades pluriativas²¹ realizadas pelas famílias rurais.

Destaca-se que tais mudanças no Brasil, decorrem de uma pressão ambiental aprofundada na década de 1990. E os desafios a serem enfrentados não são pequenos. Por uma perspectiva há a necessidade de redução dos problemas ambientais decorrentes da atividade agropecuária e por outra é necessária a implantação de atividades mais sustentáveis como o sistema agrossilvopastoril e a agroecologia (BRASIL, 2018).

Nesse sentido, há um “trade off claro na consolidação do desenvolvimento rural atual brasileiro. Esse desafio, atrelado a novas formas de produzir, aos novos atores e às novas relações homem-natureza, é que tem marcado o novo padrão de desenvolvimento rural no Brasil” (LOBÃO; STADUTO, 2018, p.16).

De modo a atender essas novas demandas, os métodos de extensão rural também foram se aprimorando, apesar de ainda estarem muito distantes da realidade da ATER pública

²¹ “As famílias rurais que conciliam, entre seus membros, atividades agrícolas e atividades não agrícolas (no interior ou fora de um determinado estabelecimento produtor) são denominadas famílias pluriativas” (SAKAMOTO; NASCIMENTO; MAIA; 2016, p.562).

que sem infraestrutura, pessoal e verbas, em muitos estados brasileiros, quase já não consegue atender os produtores (VIEIRA *et al.*, 2020).

Mesmo assim torna-se importante abordar tais métodos, uma vez que eles estão disponíveis e sendo praticados em alguns estados pelas ATER públicas e em outros por instituições privadas. Marinho e Freitas (2015) assim como Antunes *et al.* (2019) indicam as metodologias ativas, mais especificamente a Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL)²², um método que foi implantado em 1960 nas escolas canadenses de medicina e objetiva uma aprendizagem ativa e estimulada a partir de pequenos grupos que devem solucionar um problema com base na análise, discussão e compreensão. De acordo com Jones (2006), uma das maiores vantagens do PBL é que o aprendizado é direcionado para o que de fato interessa, não sobrecarregando o ‘estudante’ de informações. Para Antunes *et al.* (2019) uma das grandes vantagens do PBL ao ser aplicado à extensão rural é a promoção da interação entre os indivíduos.

A inclusão digital do extensionistas e do produtor é outro aspecto fundamental para que a extensão rural possa ocorrer na atualidade com maior eficiência e aproveitamento das potencialidades do processo extensionistas. Resende *et al.* (2010) já fazia essa indicação ao prevenir que os produtores necessitam de acesso à informação técnica de forma acessível e rápida. Nesse sentido, Alves, Viana e Raineri (2019) indicam a necessidade de conhecer as ferramentas digitais que podem ser utilizadas com esse propósito.

Uma pesquisa realizada por Alves, Viana e Raineri (2019, p.3) nas plataformas Google Play e Apple Store, ambos disponíveis para download gratuito, utilizando as “palavras-chave gestão, pecuária, rebanho, bovinocultura, suinocultura, avicultura, ovinocultura, caprinocultura e agronegócio, na língua portuguesa, resultou na localização de 35 aplicativos móveis”. Destes aplicativos, 29 deles foram desenvolvidos pela iniciativa privada e seis por instituições públicas, sendo cinco da Embrapa e um de uma Instituição de Ensino Superior (IES) federal. Os resultados da pesquisa apresentam a alta demanda por informações técnicas e atuais no setor agropecuário e reforçam que a internet apresenta excelente potencial para redução das barreiras de comunicação e uma maior aproximação entre os produtores e extensionistas.

Nesse contexto, apesar da situação bastante aquém da efetividade pretendida, o Brasil, diante da vasta experiência com a extensão rural e a disponibilidade de novos potenciais, pode representar um excelente parceiro para a República de Angola, no sentido de oferecer formação extensionistas nos moldes preconizados pelas demandas sociais, ambientais e

²² Problem Based Learning

econômicas atuais. E por esses moldes apreende-se hoje um profissional extensionistas com as seguintes características, segundo Groot (2002): compreender que as realidades são socialmente construídas e, desse modo, os métodos de extensão participativos são imprescindíveis; considerar as pessoas mais importantes que as coisas; considerar os conhecimentos e ideias dos produtores locais para a inovação; aceitar a complexidade e a diversidade; incentivar o processo avaliativo para a qualidade da produção ou serviço; enfatizar os valores locais; possibilitar processos coletivos de aprendizagem; facilitar processos de mudança; empoderar pessoas e comunidades; trabalhar em equipes multidisciplinares.

A FAO (2012, p.38) é uma das instituições a deixar explícito a necessidade de uma formação para o extensionistas que atenda essas prerrogativas, conforme se pode observar no Quadro 2.

Quadro 2 - Características para formação do extensionistas

Extensionista	O conhecimento é construído a partir da realidade e experiência dos participantes: por isso, fazer uso de técnicas que promovam a integração além de facilitar a criação coletiva de conhecimento, anima e descontrai os participantes;
	As atividades devem estimular o pensamento crítico e a reflexão: sobre situações reais e significativas;
	O técnico facilitador (extensionista): ao mesmo tempo em que atua como mediador entre os conhecimentos e o grupo será também um aprendiz dos saberes do grupo;
	A escolha de uma atividade: será sempre em função do perfil do grupo, de suas necessidades, dos temas a serem abordado e dos recursos disponíveis;
	É fundamental que o facilitador conheça o tema a ser trabalhado: para que possa conduzir corretamente a discussão, enriquecendo com novos elementos que surjam da participação e aportando novos conhecimentos;
	A aprendizagem por meio de vivências: prevê que cada pessoa viva a experiência e forme seus conceitos, assim, o facilitador deve permitir que o grupo “brilhe”.

Fonte: FAO (2012)

Bem, tendo conhecimento dessas características e das necessidades de investimento em infraestrutura, assistência técnica e crédito passa-se a seguir a conhecer como estão configurados os laços bilaterais entre Brasil e Angola.

6 ACORDOS, CONVÊNIOS E PARCERIAS ENTRE BRASIL E ANGOLA

Para que se possa compreender como se dá o estabelecimento de acordos, convênios e parcerias entre o Brasil e Angola é necessário conhecer o órgão que media esta cooperação e, posteriormente, conhecer a relação estabelecida entre os países Brasil e Angola, especificamente.

6.1 Histórico da cooperação internacional do Brasil

Desde 1987, o Brasil conta com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), um órgão vinculado ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) e que tem como objetivo “planejar, coordenar, negociar, aprovar, executar, acompanhar e avaliar, no âmbito nacional, programas, projetos e atividades de cooperação humanitária e técnica para o desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento, do País para o exterior e do exterior para o País”. Tal cooperação enquadra-se em três formatos - bilateral, trilateral ou multilateral (ABC, 2020).

Com os avanços do Brasil em algumas áreas, e o setor do agronegócio é um deles, o Brasil, que antes se limitava a receber a cooperação de assistência técnica de países desenvolvidos, assim como de organizações internacionais, passou a oferecer essa assistência técnica para exterior (ABC, 2020).

Apesar de hoje, o Brasil não se voluntariar à cooperação ao exterior, muitas demandas para o estabelecimento de parcerias chegam ao governo por meio das embaixadas e outras representações internacionais. Ao receber a demanda, a ABC consulta as instituições nacionais (públicas e privadas) que possuam expertise para verificar a disponibilidade destas para o compartilhamento de conhecimento; havendo interesse a agência intermedia as negociações, até a assinatura do documento jurídico que venha a estabelecer a cooperação. Destaca-se que aceitação da demanda depende do seu enquadramento junto às diretrizes da política externa do país (ABC, 2020).

No que se refere especificamente da cooperação com países do Continente Africano, dentro da estrutura operacional da ABC existe uma coordenação de cooperação técnica que é encarregada da relação cooperativa entre o Brasil a África, Ásia e Oceania. Da mesma forma, há outra responsável pela América Latina, Caribe e Europa e outra com países desenvolvidos.

É importante destacar que desde a sua fundação até hoje, a agência com mais de 7 mil projetos aprovados em cooperação com 108 países, contando com a participação de 124 instituições públicas e privadas brasileiras na transferência de tecnologia para as mais variadas

áreas de conhecimento. No entanto atualmente, não há nenhum projeto, estabelecido por meio da ABC na área do agronegócio em andamento (ABC, 2020).

A Agência Brasileira de Cooperação é regida pelos seguintes instrumentos jurídicos:

- Decreto nº 59.308, de 23/09/1966, que promulga o Acordo Básico de Assistência Técnica com a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a Agência Internacional de Energia Atômica;
- Decreto nº 5.151, de 22/07/2004, que dispõe sobre a celebração de atos complementares de cooperação técnica recebida;
- Portarias nº 8, de 04/01/2017, do MRE; Portaria nº 980, de 15 de dezembro de 2017; e Portaria s/nº de 1º de julho de 2018 que regulamentam o Decreto nº 5.151/2004; e
- Decreto nº 9.683, de 09/01/2019, Art. 30 do Anexo I, cuja redação foi alterada pelo Decreto nº 10.021, de 17/09/2019, Art. 6º, que estabelece as competências da Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

De acordo com a ABC (2020), a cooperação técnica prestada pelo Brasil a outros países, não tem fins lucrativos e a sua estratégia está focada no fortalecimento institucional dos seus parceiros, com a pretensão de compartilhamento dos empreendimentos bem-sucedidas e melhores práticas buscadas pelos países demandantes. A relação estabelecida com os países africanos está enquadrada no tipo de Cooperação Sul-Sul. Nesse sentido, destaca-se que uma das áreas em que a cooperação técnica Sul-Sul está concentrada é a agricultura, incluindo a produção agrícola e a segurança alimentar.

6.2 Cooperação entre Brasil e Angola

O Programa de Cooperação entre Brasil e Angola tem como marco jurídico um Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica assinado entre os governos em 11 de

junho de 1980²³, antes mesmo da criação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC)²⁴, mas somente promulgado em 05 de outubro de 1990, pelo Decreto N° 99.558, no governo brasileiro de Fernando Collor de Mello e do ainda Presidente Angolano José Eduardo dos Santos (1979-1992; 1992-2017)²⁵. Este acordo previa a cooperação entre os países nas áreas de agricultura, meio ambiente, educação, formação profissional, saúde, cultura, administração pública, estatística e esportes (ABC, 2020). Destaca-se que o maior foco foi dado ao ensino profissionalizante, sobretudo em função da necessidade de reconstrução de Angola (ROSA, 2011).

Em 23 de junho de 2006, Brasil e Angola assinam um novo acordo de cooperação técnico científico. As declarações do presidente do Brasil e Angola à época ressaltam o objetivo desse novo acordo.

A relação entre Brasil e Angola está marcada pelo entendimento, a compreensão. São laços históricos que unem Brasil e Angola. Presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva [...] É um intercâmbio de informações, uma parceria estratégica em áreas importantes, a transferência de tecnologia e conhecimento. Presidente angolano, José Eduardo dos Santos. (REVISTA ÁFRICA E AFRICANIDADES - Ano I - n. 3 - Nov. 2008 – p.23 e 24).

O Brasil, no acordo de 2006²⁶, disponibilizou US\$ 2,5 bilhões em linhas de crédito para financiamento de bens e serviços para Angola, o que fez do país africano o maior beneficiário dessa modalidade de crédito, tornando-a um dos principais parceiros comerciais do Brasil

²³ Acordo assinado entre o Governo do Presidente Angolano José Eduardo dos Santos (MBL), que ficou por 38 anos no poder (1979 – 1992 e 1992-2017) e Governo Militar de João Baptista de Oliveira Figueiredo que terminou em 1985, quando foi eleito Tancredo Neves que faleceu antes de assumir, sendo substituído pelo Vice- Presidente José Sarney que governou até 1990, quando Collor assumiu. Alberto da Costa e Silva, Diplomata de carreira (aposentado), em Entrevista concedida a Cláudio Oliveira Ribeiro em 2006, afirmou que “A África não era uma prioridade para o [governo] Sarney” e apesar de alguns esforços limitados empreendidos para melhorar a relação bilateral entre os dois países, não foram estabelecidos acordos em vários campos. Reforça essa afirmação a declaração dada ao mesmo autor por Rubens Barbosa também diplomata aposentados quando afirmou que “A África não era uma prioridade para o [governo] Sarney”.⁶ Ainda que se reconhecesse a importância das relações Brasil-África, ela era encarada como menos relevante no quadro geral da política externa deste governo” (Ribeiro, 2006).

²⁴ Decreto n° 9.683, de 09/01/2019, Art. 30 do Anexo I, cuja redação foi alterada pelo Decreto n° 10.021, de 17/09/2019, Art. 6°, que estabelece as competências da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). De acordo com a ABC (2020), a cooperação técnica prestada pelo Brasil a outros países, não tem fins lucrativos e a sua estratégia está focada no fortalecimento institucional dos seus parceiros, com a pretensão de compartilhamento dos empreendimentos bem-sucedidas e melhores práticas buscadas pelos países demandantes. A relação estabelecida com os países africanos está enquadrada no tipo de Cooperação Sul-Sul. Nesse sentido, destaca-se que uma das áreas em que a cooperação técnica Sul-Sul está concentrada é a agricultura, incluindo a produção agrícola e a segurança alimentar.

²⁵ Que não teve sequência no Governo Collor de Mello em virtude do fortalecimento das políticas neoliberais naquela gestão. Que inclusive em 1992 extinguiu a Empresa Brasileira de Assistência Técnica de Extensão Rural, a EMBRATER (Rizzi, 2005; Araújo, 2018).

²⁶ Governo de Luiz Inácio Lula da Silva

(ROSA, 2011). De acordo com Mendonça Júnior e Faria (2015), diferentemente dos argumentos anteriores para os acordos tratados com o Continente Africano, no governo Lula a relação bilateral não tinha suas bases apenas nos laços culturais e étnicos que marcam o Brasil e África. Os autores observam que a potencial economia africana e uma demanda crescente por mão de obra qualificada é que justificam a reaproximação entre o Brasil e a África.

Percebe-se desse modo, uma lacuna considerável entre 1990 e 2006. Isso não significa que não houve aproximação em outras searas que não da cooperação voltada para a extensão rural e transferência de tecnologia, a que se dedica essa pesquisa. No entanto, autores como Ribeiro (2010) e Mendonça Júnior e Faria (2015) informam que em 1995, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) a política de relações exteriores e articulação de parcerias também não tinha a África em suas prioridades. Os autores dão base a essa discussão apresentando como um dos argumentos o fechamento de seis embaixadas, quais sejam: Adis Abeba (Etiópia), Dar Es Salam (Tanzânia), Iaundé (Camarões), Kinshasa (República Democrática do Congo), Lomé (Togo) e Lusaca (Zâmbia). Por outro lado, a institucionalização da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), ocorrida no ano de 1996, mas já em articulação desde o governo José Sarney (1985-1989), ocorreu durante o Governo de FHC.

Após 2006 vários projetos relacionados ao Acordo de Cooperação assinado por Lula com Angola, podem ser localizados em um relatório emitido pela Cooperação Técnicas entre Países em Desenvolvimento (CTPD). O relatório refere-se a 10 projetos em execução naquele ano, sendo que três deles eram voltados para agricultura. O primeiro, intitulado “Capacitação na Assistência Técnica e Extensão Agrária para Técnicos Angolanos” (código BRA/04/044 – S231) tinha como objetivo “Dotar os técnicos do setor de ATER de Angola de maior competência e habilidade para fazer a gestão de planos, programas e projetos voltados para o desenvolvimento do espaço rural” (BRASIL, 2012).

As instituições executoras tinham como representante pelo lado do Brasil - a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do distrito Federal (EMATER-DF) e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), pela parte de Angola - o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MINADERP) e uma verba de US\$ 139.317,00 para o desenvolvimento do projeto. Na ocasião do relatório o projeto estava parado e havia a previsão de que seria enviada uma missão à Angola para a revisão do projeto, a data prevista era de abril de 2012. Não se conseguiu confirmar a ida da missão, uma vez que não foram localizados documentos que atestem essa viagem. Acredita-se que, no ano de 2012, não houve, em função dos jornais da época tantos brasileiros quanto angolanos terem dado destaque ao acordo, mas

não há menção à efetividade da ida dos técnicos a Angola. Apenas em 2014, há o registro da ida de uma missão para Angola registrada pela própria EMATER-DF (2018).

Houve a oportunidade de organizar a visita de uma comitiva de Angola, interessada em conhecer o sistema de extensão rural e a estrutura de trabalho em prol do desenvolvimento rural, dentro do âmbito da parceria com o MDS, Instituto do Desenvolvimento Agrário (IDA) e MAPA, que envolvia um acordo intermediado pela FAO entre o Governo Brasileiro e o Governo Angolano. Ainda em relação a esta atividade, foi realizada uma missão em Luanda, na Angola, constituída pelo presidente da EMATER-DF, que participou da Conferência Nacional sobre Agricultura Familiar, no tema A Agricultura Familiar e seu Contributo para a Segurança Alimentar Sustentável, com o patrocínio do Ministério da Agricultura do Governo de Angola, em parceria com a FAO.

O segundo projeto, intitulado “Apoio à Formação Profissional Rural e Promoção Social em Angola” (BRA/04/044-S232) tinha como objetivo o “Fortalecimento institucional da área de formação profissional rural em Angola e nivelamento técnico de profissionais de ciências agrárias do IDA²⁷” (BRASIL, 2012).

O projeto tinha como instituições executoras, pelo lado brasileiro o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e do lado angolano o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MINADERP) por meio do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA) (BRASIL, 2012).

Ao todo o projeto contava com uma verba de US\$ 86.203,25. Na ocasião de publicação do relatório em 2011, as atividades estavam em andamento, sendo que parte delas já havia sido executada. Já havia também a intenção do IDA em dar continuidade a parceria com o SENAR e definir novas áreas de cobertura para uma próxima fase (BRASIL, 2012).

O terceiro projeto, intitulado “Apoio à implantação do Serviço de Sanidade Vegetal e Capacitação Técnica para Inspeção Fitossanitária” (BRA/04/044-S272) objetivou apoiar o desenvolvimento da produção agrícola em Angola como um instrumento de desenvolvimento econômico-social (BRASIL, 2012).

O Brasil tinha como instituição executora para o projeto o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio da Secretaria de Defesa Agropecuária e a Angola o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, por meio do Departamento Nacional de Agricultura, Pecuária e Florestas (DNAPF). O projeto contou com uma verba de US\$ 192.735,00. No final de 2011, o relatório apresenta o projeto como parado,

²⁷ Instituto de Desenvolvimento Agrário de Angola

sendo negociada uma data para envio de uma missão à Angola para revisão do projeto. Novamente, não se localizou uma comprovação que indique se a missão foi ou não enviada (BRASIL, 2012).

Houve, em novembro de 2012, a assinatura de um complemento ao acordo assinado em 1980. Esse complemento trazia, como anexo único ao acordo, as seguintes atividades a serem desenvolvidas na área da agricultura e desenvolvimento rural a implementação de programas e projetos nos seguintes domínios: Investigação e Transferência de Tecnologia; - Extensão e Desenvolvimento Rural; Mecanização e Instrumentação Agrícola; Formação e treinamento de quadros; Gestão Florestal; Gestão Ambiental; Agronegócio; Intercâmbio de informação e documentação; Cooperativismo e Troca de experiências no desenvolvimento da cultura do café robusta (BRASIL, 2012).

Não há nenhum projeto intermediado pela ABC no momento em andamento na área da agricultura, pecuária ou pesca com a Angola. Estão registrados apenas sete projetos nas áreas da educação e da saúde. Entre os projetos concluídos estão cursos de produção de frutas tropicais, ministrados pela Embrapa (2002; 2004; 2008); o projeto de “reorganização, fortalecimento institucional e inovação mercadológica da extensão rural como estratégia de desenvolvimento rural sustentável em Angola”, desenvolvido entre 2005 e 2006, em parceria entre a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) de Minas Gerais e a Universidade Federal de Viçosa (UFV); o projeto “Missão de Formulação de Projeto ABC/Embrapa e JICA²⁸ visando a definição do Conteúdo do Curso Internacional de Produção e Processamento da Mandioca”, desenvolvido em 2007 e 2009, pelo Centro Nacional de Pesquisa de Mandioca e Fruticultura Tropical da Embrapa; o Curso Internacional de Produção Sustentável de Hortaliças (2007 e de 2011 a 2015) desenvolvido pela Embrapa – Unidade Hortaliças. O objetivo deste curso foi de melhorar a produção de hortaliças, de modo a contribuir para a segurança alimentar dos países africanos de língua oficial portuguesa.

Foi desenvolvida ainda como atividade isolada, a Semana do Etanol – Compartilhando a Experiência Brasileira, desenvolvido em 2009 pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). O objetivo da atividade foi proporcionar a técnicos africanos a realização de treinamentos em sistemas de produção de cana-de-açúcar, manejo pós colheita, produção, armazenamento e distribuição de etanol.

²⁸ Japan International Cooperation Agency

Entre os projetos desenvolvidos estava o “Apoio à formação profissional rural e promoção social em Angola”. O projeto foi desenvolvido pela Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) de junho de 2010 a fevereiro de 2014. O objetivo deste projeto, um dos mais longos registrados pela ABC, era capacitar os técnicos de extensão rural, visando o fortalecimento do corpo técnico para orientar os produtores rurais no sentido de revitalização e reorganização do setor produtivo rural angolano.

Houve ainda as “Missões para a prospecção de cooperação em pesca e aquicultura em Angola”. O projeto que teve início em junho de 2013 e foi finalizado em junho de 2014 e teve como objetivo contribuir para melhorar a atuação do Ministério das Pescas de Angola (criado em 2012). As principais demandas eram a criação de alevinos e o desenvolvimento das atividades de aquicultura. O projeto foi conduzido pelo próprio Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA).

De acordo com Reis (2019), o governo de Angola criou um novo plano de desenvolvimento agrícola de 2018-2020 com o objetivo de diversificar a produção e construir a capacidade de produção de alimentos para a demanda interna. Tal objetivo tem como premissa a redução da dependência significativa que Angola hoje tem da importação de alimentos. É ciência do governo o fato do acesso ao crédito ser um limitador importante para o desenvolvimento do setor. Por isso, destinou um percentual orçamentário para incentivar o setor, mas, essa política ainda não suficiente para resolver o problema do setor agropecuário em Angola.

Nesse contexto, o governo angolano, conta também com o auxílio de organizações internacionais que visam fomentar o desenvolvimento agrícola em Angola, sobretudo, preocupados com a segurança alimentar da população e com a pobreza extrema.

6.3 Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) em Angola

Além dos convênios estabelecidos entre o Brasil e Angola é importante também apresentar outra fonte de recursos que tem sido utilizada para o desenvolvimento agrícola em muitos países e a Angola é um dos que faz uso de tais recursos. Trata-se do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) que é uma agência vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU). O fundo foi criado em 30 de novembro de 1977 visando solucionar o problema da fome na região de Sahel, localizada na África Subsaariana. O principal objetivo do FIDA é fomentar, com crédito direto e de recursos adicionais programas que tenham como fim o desenvolvimento econômico dos pequenos proprietários rurais, sobretudo, por meio do aumento da produtividade agrícola (FIDA, 2014).

Os modelos utilizados pelo FIDA têm como base a produção sustentável, por isso incentivam a agricultura orgânica e a produção agroecológica, utilizando metodologias participativa, de modo a utilizar os conhecimentos tradicionais (REIS, 2019).

Em termos de território angolano, o FIDA tem atuado no sentido de fornecer empréstimos para empresas do setor agroalimentar rural, de modo a oferecer apoio e melhorar a segurança alimentar e oferecer meios de subsistência para as famílias pobres da zona rural. Os projetos desenvolvidos pelo fundo são direcionados a grupos vulneráveis, como jovens, mulheres, famílias chefiadas por mulheres, soldados entre outros e estão mais focados à produção de pequenas culturas alimentares básicas e também à pesca. Destaca-se que as taxas de empréstimo oferecidas pelo fundo são muito baixas ou às vezes até nulas, o que torna viável que os pequenos produtores possam cultivar, pelo menos uma agricultura voltada para a subsistência (IFAD, 2019).

Marcelino e Morgado (2015) apontam que, no que se refere a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), o FIDA resume sua intervenção ao cofinanciamento do Projeto de Agricultura Familiar Orientada para o Mercado (MOSAP). Tal projeto contava com um total de 40 milhões de dólares e o FIDA participava com 8,2 milhões desse total. No entanto, os autores destacam a importância do FIDA em projetos desenvolvidos anteriormente. O fundo já havia realizado participações anteriores importantes principalmente no Programa de Desenvolvimento de Culturas Alimentares (PRODECA) e o Programa de Desenvolvimento das Comunidades Piscatórias da Região Norte (PESNORTE), voltado para a pesca artesanal. Ambos os programas foram implementados na época da guerra civil, o que acarretou uma interrupção, sendo reativado em 2002.

6.4 Banco Mundial

De acordo Goksu *et al.* (2017) o Banco Mundial com sede em Washington D.C. nos Estados Unidos, é uma instituição financeira que financia programas agrícolas em Angola. Por ser um dos bancos mais conhecidos em termos de desenvolvimento, possui o status de observador no Grupo das Nações Unidas para o desenvolvimento, assim como em outros fóruns internacionais, como é o caso do G-20²⁹.

²⁹ O G-20 foi criado em 1999 em função das sucessivas crises econômicas pelas quais passavam algumas potências econômicas. O objetivo do grupo é o de fortalecimento das negociações internacionais entre os países-membros e proporcionar uma estabilidade econômica global. Formado pelas 19 maiores economias do mundo, mais a União Europeia, representada pelo Banco Central Europeu e pela presidência rotativa do Conselho Europeu. O G20 é composto pela África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do

O Banco Mundial é integrado por duas instituições, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (IBRD ou BIRD) e a Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA ou AID). “Em Angola, o banco mundial fez uma parceria com o governo para ajudar a reduzir o déficit de financiamento no setor agroalimentar. Além disso, a organização oferece empréstimos e facilidades de crédito aos governos para financiar projetos agrícolas em áreas rurais” (REIS, 2019, p.21).

Além dos organismos internacionais já citados, Reis (2019) destaca ainda que o governo, pode ainda, em colaboração com a comunidade internacional de doadores, usar receitas fiscais e outras rubricas orçamentárias para fomentar as atividades agrícolas.

7 CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS

São muitas as convergências e divergências que podem ser elencadas entre Brasil e Angola. Rosa (2011), ao destacar as convergências, ressalta que existe uma amplitude de heranças culturais e sociais compartilhadas entre os países, que é fortalecida pela língua comum possibilitando a promoção de diálogos sob perspectivas diversas.

Saraiva (2008) relata que o fato do Brasil ter sido o primeiro país a reconhecer a independência da Angola (1975), constituiu uma forte política de aproximação entre as nações, o que tem favorecido as trocas culturais, comerciais e de cooperação entre os países. Destaca-se, no entanto, que as relações comerciais só cresceram no início dos anos de 1980, quando ocorre uma maior estabilidade política em Angola. Rosa (2011) afirma que essa relação foi fortalecida em virtude do petróleo. Tal afirmação tem como justificativa a presença da Petrobrás explorando petróleo no país africano, com a autorização de Agostinho Neto, presidente na época.

Destaca-se que as convergências e divergências entre Angola e Brasil, são marcadas por fatores sociais, econômicos e políticos. Tais fatores são responsáveis por ora promoverem uma maior aproximação e ora um afastamento.

Considerando os números da população urbana e rural no Brasil e em Angola percebe-se que em ambos os países existe a predominância da população vivendo em áreas urbanas. No Brasil, o percentual é de 84,72% da população residindo na zona urbana e 15,28% em áreas rurais (PNAD, 2015). Em Angola, apesar de também haver uma maioria da população vivendo na zona urbana, a diferença é menor se comparada ao Brasil, são 61,5% da população em áreas urbanas e 38,5% em Zonas Rurais (INE, 2014). É necessário destacar que a população angolana corresponde a apenas 10% da população brasileira.

A diferença entre a distribuição da população e sua condição de escolaridade e pobreza também apresenta relação entre a zona rural e urbana, mas há algumas distinções entre os países em termos comparativos. Como já se viu no Capítulo III, a pobreza na zona rural de Angola atinge 58,3% da população, enquanto que em áreas urbanas é de 18,7% (TVEDTEN et al., 2018). No Brasil, o IBGE (2019) revela em números que a distribuição de renda no país é mais que o dobro ao se comparar as zonas rurais e urbanas. Não foram encontradas classificações específicas em termos de pobreza multidimensional na zona rural e urbana para o Brasil. No entanto, em relação à pobreza monetária, Yusuf e Calderelli (2020) destacam que em 2018, 52% da população rural viviam abaixo da linha de pobreza.

Em termos de renda média *per capita* o Brasil apresentava em 2018, em Reais, a seguinte distribuição:

Tabela 2: Distribuição de renda do brasileiro em 2018 por zona de residência

	<i>Zona Urbana</i>	<i>Zona Rural</i>
Renda per capita em R\$	1.361,04	658,26

Fonte: elaborado pelo autor com base no IBGE (2019)

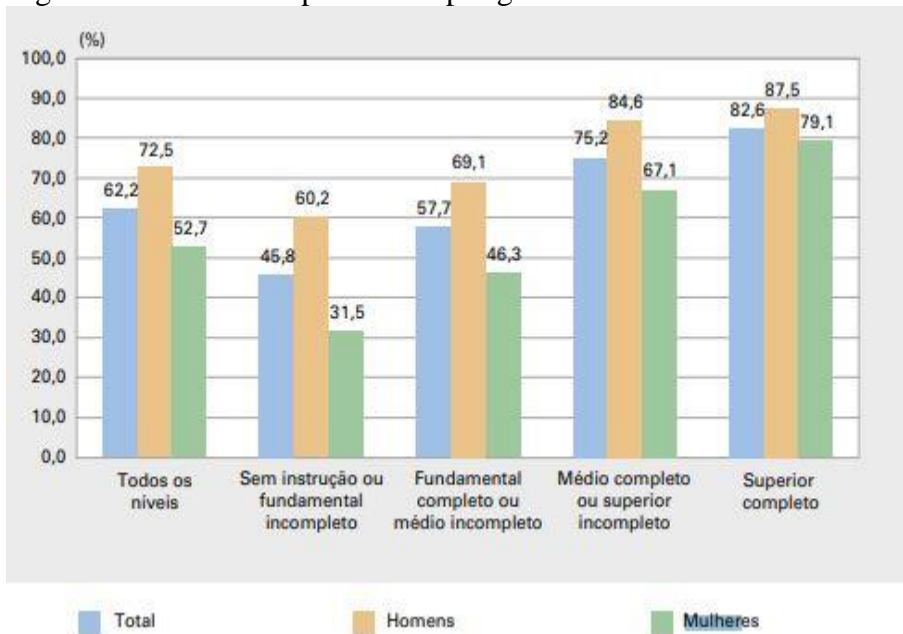
Destaca-se que esse percentual apenas não pode representar o índice de pobreza multidimensional, visto que esta é analisada por um conjunto de indicadores³⁰. Para Serra (2017), embora tenha havido uma redução da pobreza no Brasil ao longo dos anos, principalmente no decorrer dos anos 2000, a pobreza rural ainda é muito superior a urbana. O autor destaca que essa pobreza vai além da renda, envolve educação, infraestrutura e até mesmo aspectos de bem-estar, entre outros.

No que se refere a escolarização formal, os angolanos apresentam índice de frequência ao ensino primário de 76% da população, sendo de 83,6% na área urbana e 63,5% na zona rural. Já no segundo ciclo do ensino secundário essa taxa cai para 7,3%, acentuando ainda mais a disparidade entre os sexos, 12,8% para os homens e 1,5% para as mulheres. A população com ensino superior corresponde a menos de 1% da população total do país, sendo a grande maioria vive em áreas urbanas (226.732 vivem em áreas urbana, e 7.944 em áreas rurais) (INE, 2014).

O Brasil, em 2016, apresentava uma média nacional de 10 anos de estudo na faixa de pessoas entre 18 e 29 anos. Muito superior a população de Angola em termos de ensino superior o Brasil tem 15,3 % da sua população, com mais de 25 anos, com ensino superior completo (PNAD, 2016). A discrepância na educação formal entre homens e mulheres encontrada em Angola, no Brasil é menor apesar de registrada em todos os níveis de educação. A diferença pode ser visualizada no Gráfico X

³⁰ Para saber mais sobre indicadores de pobreza multidimensional no Brasil consulte Costa e Costa (2016)

Figura 8: escolaridade por nível e por gênero



Fonte: IBGE (2017)

Em termos de subnutrição, Angola tem mais de um terço da população em estado de subnutrição (8,6 milhões de habitantes e 33% da população), ou seja, em situação em que a quantidade de alimentos não é suficiente para satisfazer as necessidades energéticas do organismo. Esse número torna-se ainda mais preocupantes ao se analisar os indicadores da população infantil que tem 30% em estado de subnutrição (INE, 2014).

No Brasil, apesar da fome ainda estar presente, a FAO (2020) tem destacado a redução da fome, sobretudo ao longo dos últimos 20 anos. Entre 2017 e 2019, 43,1 milhões de pessoas viviam em situação de insegurança alimentar moderada, o que significa um percentual de 20,6% da população.

O Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) do governo de Angola para o período de 2013-2017, de acordo com Teixeira (2015), tinha como objetivos de médio e longo prazos a preservação da unidade e coesão social; a garantia dos pressupostos básicos necessários ao desenvolvimento; a melhoria da qualidade de vida; a inserção da juventude na vida ativa; o desenvolvimento do setor privado e a inserção competitiva de Angola no cenário internacional. Para tanto, o PND previa ainda a instituição de programas e políticas voltadas para o setor econômico, de infraestrutura e social.

As políticas públicas do governo angolano no que se refere às atividades agropecuárias ainda estão mais focadas no fomento econômico e técnico voltado para a Agricultura Familiar, no sentido de tirar essa agricultura da condição de subsistência para

promover o abastecimento interno e reduzir as importações de alimentos. O Brasil, apesar de políticas voltadas para a agricultura familiar, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), a maior parte dos financiamentos agrícolas ainda é destinada aos grandes proprietários rurais (BELICK, 2015). Para o Brasil, a despeito de toda a importância da Agricultura Familiar para o país, os planos governamentais estão muito mais focados no modelo agroexportador (CARVALHO; FERNANDES, 2017).

A questão logística é outro aspecto que apresenta convergências e divergências entre Brasil e Angola. O Brasil, apesar de dispor de uma estrutura logística muito superior a angolana, até pelo volume de produção, ainda tem altas taxas aduaneiras para exportação. Essa também é a realidade de Angola no que se refere às taxas, considerada uma das mais altas do continente Africano. Em termos de transporte, a opção rodoviária para a maior parte do escoamento da produção internamente é uma realidade para ambos os países, o que encarece muito o custo do produto. Embora Angola também escoe a produção, principalmente, com a utilização de caminhões, ainda há poucas estradas pavimentadas. O Brasil apesar de dispor de uma extensão considerável de malha rodoviária, 1.714.965 km, apenas 12,37% dela é pavimentada, concentrando-se, principalmente na região sudeste do país.

Essa logística, principalmente com relação ao transporte é ainda mais preocupante para o Brasil, visto que além do volume de produção agropecuária ser muito superior ao angolano, o Brasil é quase sete vezes maior que Angola em termos de extensão territorial. A maior parte das exportações de Angola ainda estão destinadas ao petróleo e aos recursos minerais, como diamante, ferro e cobre, promovendo uma atividade mais extrativista. Já o Brasil a atividade agropecuária representa a maior parte das exportações brasileiras. Desse modo, pode-se refletir que Angola terá que empreender esforços e recursos no sentido de criar condições para a logística dos produtos agropecuários, se quiser investir no setor, visto que a logística difere da já hoje utilizada no país. Já se perceberam alguns esforços nesse sentido, pelo menos para o escoamento da produção interna, como é o caso do PAPAGRO, já descrito.

Em termos de importação e exportação de alimentos a grande diferença entre Brasil e Angola é que enquanto o Brasil exporta grande parte da sua produção agropecuária, em valores que o levam a ocupar o lugar de terceiro maior exportador de alimentos do mundo, Angola importa mais da metade dos alimentos que necessita.

As desigualdades regionais e entre áreas urbanas e rurais são comuns a ambos os países. Percebe-se marcadamente essa desigualdade em educação, renda, saúde, saneamento básico, habitação, enfim, uma série de fatores que compõem o índice de pobreza

multidimensional. No Brasil, muitas vezes dentro da mesma categoria, como é o caso da Agricultura Familiar, tem-se desigualdades de acordo com a região do país.

Em termos de mecanização e tecnologia agrícola o Brasil encontra-se em situação de grande vantagem se comparado à realidade angolana. Como já se apresentou os agricultores familiares angolano tem uma baixa produtividade, ausência ou defasagem de maquinário agrícola básico, como o trator. Enquanto isso, os números do Brasil são de 1,7 tratores por propriedade rural.

Como já apresentado no Capítulo VI, compôs as atividades do PNL proposto pelo Governo de Angola, no que se refere ao setor econômico, iniciativas voltadas para a agricultura, pesca e comércio e, nesse sentido, o Brasil pode apresentar uma expertise em pesquisa, desenvolvimento tecnológico e extensão rural importantíssimo para o estabelecimento de convênios bilaterais. Alguns indicadores importantes, já apresentados nesta dissertação, capacitam o Brasil como potencial parceiro para a atividade agropecuária em Angola. Os números, não apenas da produção agropecuária no Brasil são extremamente significativos, como também da produtividade, em grande parte potencializada pela pesquisa agropecuária e do setor agroindustrial. A extensão rural também é um dos grandes instrumentos de aperfeiçoamento das técnicas agropecuárias e também da melhoria no bem-estar da população rural, colaborando com o desenvolvimento rural.

Almino e Lima (2017) reforçam esse potencial ao dizerem que o Brasil foi o único país tropical a conquistar o lugar de potência agrícola. Tal título decorre de inovação em manejo, nas diferentes condições climáticas regionais, o que permitiu uma recuperação dos solos degradados. A recuperação dos solos é uma das grandes preocupações atuais do governo angolano e o fato do continente africano ter condições geológicas e climáticas semelhantes as encontradas no Brasil, o torna um parceiro importante para o desenvolvimento da agricultura tropical em Angola.

Para Freitas, Lacerda e Costa (2020) a importância da inserção do Brasil no continente Africano não reside apenas na redução da pobreza, mas também no auxílio para a recuperação econômica e no ajuste estrutural de vários países, sobretudo, os de língua portuguesa.

Com fortalecimento dos convênios, principalmente durante o governo Lula, os projetos executados pelo Brasil em África, como relata Pinho (2014), teve como base três pilares. O primeiro foi o incentivo à participação de empresas brasileiras, muitas das quais já estavam em África, desde governos anteriores. O segundo pautou-se no financiamento e concessão de créditos. O terceiro foi a cooperação técnica bilateral. E, no que se refere à

cooperação técnica, a agricultura foi considerada a área prioritária, principalmente para colaborar efetivamente para a redução da subnutrição no continente. Os projetos relativos a atividades agropecuárias e apresentados no capítulo anterior, a grande maioria estava relacionado a capacitações voltadas para a atividade produtiva (foram localizados seis projetos, sendo um específico para a produção sustentável) os demais, todos com duas ocorrências voltavam-se para a Gestão e Reorganização da Produção; para Capacitação Técnica; para o Desenvolvimento Rural.

Atualmente não há nenhum projeto voltado para a agropecuária, em andamento sendo desenvolvido entre Brasil e Angola disponível na Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Os governos posteriores ao Governo Lula e Dilma, não priorizaram a relação sul-sul e sim a relação com países desenvolvidos (FREITAS; LACERDA; COSTA, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente a necessidade que Angola apresenta para estabelecer convênios que possam auxiliar os produtores rurais, em sua maioria familiares, para a adoção de novas tecnologias agropecuárias. Nesse sentido, o Brasil é um dos países que dispõe de grande potencial para ofertar essa assistência técnica de extensão rural e transferência de tecnologia.

Apesar do potencial brasileiro, percebe-se que o estabelecimento desses acordos bilaterais depende mais de vontade política do que propriamente de capacidade técnica. Visto que os convênios já existentes no campo agropecuário foram firmados em governos que valorizavam esses acordos não apenas na perspectiva econômica, mas também nos que priorizaram as relações do eixo sul-sul, a diversificação de parcerias e a inserção internacional, com a valorização da diplomacia solidária.

A lacuna temporal de 10 anos entre a assinatura do Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica, em 1980, no governo Militar de João Baptista Figueiredo e do Governo Angolano de José Eduardo dos Santos e a promulgação do mesmo, em 1990, já no governo brasileiro de Fernando Collor de Mello e ainda no mesmo governo angolano, evidencia a falta de vontade política, do lado brasileiros, por no mínimo uma década, para de fato fazer valer o acordo assinado. Destaca-se que durante esse período, o Brasil ainda passou pelo governo de José Sarney, cuja política externa não tinha no Continente Africano sua prioridade, mesmo reconhecendo a importância das relações entre Brasil e África, sobretudo, com África do Sul e Angola.

Lacuna ainda maior se observa entre 1990 e o ano de 2006. Foram 16 anos em que não houve uma relação mais próxima do ponto de vista de relações bilaterais entre o Brasil e o Continente Africano, apesar de alguns empreendimentos, como a criação da CPLP, em 1996, durante o governo de FHC. No entanto, projetos de transferência de tecnologia e extensão rural com a África só figuram nos registros da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) a partir de 2006. Os governos, pós Lula e Dilma, também não promoveram acordos de cooperação bilateral com Angola, no campo da Assistência Técnica de Extensão Rural, acarretando uma nova lacuna, que se não for revertida poderá perder um grande mercado para as agroindústrias brasileiras, principalmente no que tange à exportação de maquinários agrícolas e de insumos.

O contexto histórico apresentado nesta dissertação retrata a necessidade de transferência de tecnologia aos produtores familiares em Angola, não apenas para aumento da renda, mas também como ação importante para a capacidade de autonomia na produção de alimentos o que pode reduzir consideravelmente a insegurança alimentar no país, além obviamente trazer maior renda a esse produtor, saindo da condição de produção de subsistência

para produção comercial. E, nesse sentido, o Brasil poderia estabelecer importantes parcerias para a extensão rural, capacitando o produtor familiar angolano para a adoção de tecnologias agrícolas. Em contrapartida, a Angola poderá ser um mercado consumidor importante dos insumos e tecnologia produzidos pela agroindústria brasileira, além de colocar o país como ator proativo na política de cooperação internacional.

Nesse contexto, reflete-se que as convergências e divergências apresentadas entre Brasil e Angola devem ser analisadas sob a perspectiva de respeito às características de cada um dos países, adaptando a Assistência Técnica de Extensão Rural desenvolvida no Brasil para as demandas de Angola. Dessa forma, tanto as convergências quanto as divergências poderão colaborar para seja criado um modelo apropriado a Angola.

REFERÊNCIAS

- AADER, XVI Jornadas Nacionales de Extensión Rural Y VIII Del Mercosul. **Conclusiones de los talleres**. Concordia. Argentina. 2012.
Disponível em
<http://www.aader.org.ar/XVI_jornada/programa/AADER_2012_Conclusiones_Talleres.pdf>. Acesso em: jul. 2020.
- ADEBAYO, S. A.; OLADELE, O. I. Vegetable farmers' attitude towards organic agriculture practices in South Western Nigeria. **Journal of Food, Agriculture & Environment**, v. 11, n.2, p. 548-552, 2013.
- ADRA. **Análise comparativa dos vários modelos de intervenção rural em Angola**. Antena Luanda / Bengo, primeiro módulo, 2003.
- AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC)
<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>
- ALMINO, J., LIMA, S. E. M. **30 Anos da ABC: Visões da Cooperação Técnica Internacional Brasileira**, Brasília, Funag, 2017.
- ALVES, L. K. S.; VIANA, G. P.; RAINERI, C. Utilização de ferramentas digitais na pecuária e extensão rural. **PUBVET**, v. 13, p. 162, 2019.
- ALVES, G.J.F.; MAFRA, L. A decadência da influência brasileira na agenda social internacional. **Anais do 6º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais**. Belo Horizonte, 2017.
- ANGOLA. Instituto de desenvolvimento agrário. Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural, 2008. Disponível em
<<http://www.search?source=hp&ei=1Wykxy3VIJOAafK7XYDA&=extensão+rural+em+angola&oq=rural+em+Angola>>. Acesso em 24 Set. 2020.
- _____. Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial. **Plano Nacional de Desenvolvimento**. Luanda: MPDT, 2012.
- _____. Governo de. **Resultados definitivos do recenseamento geral da população e habitação de Angola 2014**. Disponível em:
<[file:///C:/Users/pc/Downloads/Publica%C3%A7%C3%A3o-Resultados-Definitivos-Censo-Geral-2014%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/pc/Downloads/Publica%C3%A7%C3%A3o-Resultados-Definitivos-Censo-Geral-2014%20(2).pdf)>. Acesso em 28.abr.2020
- _____. Embaixada da República de Angola.2020
<http://www.embangola.at/dados.php?ref=rela%E7%F5es-internacionais>
- ANTUNES, Victória Lucas Camara *et al.* Metodologia ativa: método PBL adaptado para extensão rural em pecuária leiteira. In: XI Encontro Internacional de Produção Científica – EPCC, 2019. **Anais ... Maringá: Unicesumar**, 2019.
- BALL, J. 'From Cabinda to Cunene': Monuments and the Construction of Angolan Nationalism since 1975. **Journal of Southern African Studies**, v. 45, n. 5, p. 821-840, 2019.

BARBOSA, M. S. M.; LIMA, K. D. S. C.; FRIEDE, R. R.; DE MIRANDA, M. G. A relação entre pobreza e degradação ambiental no Brasil sob a ótica dos indicadores PIB/IDH. **Semioses**, v. 9, n.1, p. 17-35, 2016.

BELIK, W. **O financiamento da agropecuária brasileira no período recente**. Brasília: Ipea, 2015b. (Ipea. Texto para Discussão, 2028). Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/1510> . Acesso em: 13 Fev. 2021.

BERNARDO, C. H. C. C.; VIEIRA, S. C.; LOURENZANE, A. E. B. S.; SATOLO, E. G. O papel do extensionista na sociedade atual: ultrapassando as barreiras de comunicação. **Anais 53º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)**, João Pessoa. 2015.

BERNARDO, C. H. C.; BERNARDES, J. C.; QUEIROZ, T. R. O jovem urbano ruralizado: análise da comunicação no " mundo rural digital". **Revista Comunicação Midiática**, v. 11, n. 1, p. 136-152, 2016.

BERNARDO, C. H. C.; BERNARDES, J. C., VIEIRA, S. C.; LOURENZANI, A. E. B. S. Espaço rural e espaço urbano: pluralidade conceitual e as tecnologias de informação e comunicação. **RUA**, v. 23, n. 1, p. 141-153, 2017.

BERNARDO, R. **Fatores determinantes de adoção de Sistemas de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta no estado De São Paulo**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. São Carlos: UFScar, 2020, 199f.

BORDENAVE, J.D. **O que é comunicação rural**. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

BRASIL. **Decreto nº 75.373, de 14 de fevereiro de 1975**. Disponível em <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=204708>>. Acesso em 05 mar. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Pacto pela valorização da educação profissional e tecnológica: por uma profissionalização sustentável**. 2005. Disponível em: Acesso em: 17 dez. 2019.

_____. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 15 mar. 2020.

_____. **Lei 12.188 de 11 de janeiro de 2010**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm>. Acesso em 25 fev. 2020.

_____. Agência Brasileira de Cooperação. **Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD)**. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/component/tags/tag/abc-agencia-brasileira-de-cooperacao>. Acesso em 10 de set. de 2020.

____. **Decreto 8.252 de 26 de maio de 2014**. ANATER. 2014 . Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8252.htm >. Acesso em 25 fev. 2020.

____. **PNATER** - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Versão Final. Brasília: MDA, maio de 2004. Disponível em < http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/2CNDRSS/2cndrss%20politica_nacional.pdf >. Acesso em 19 jan, 2020.

____. **PRONATER**. 2005. Disponível em < www.faser.org.br/anexos/Pronater.doc >. Acesso em 25 fev. 2020.

____. **Lei 11.326 de 24 de junho de 2006**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm >. Acesso em 06 jan. 2020.

____. **Lei 12.188 de 11 de janeiro de 2010**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm >. Acesso em 25 fev. 2020.

____. **Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Disponível em < http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/user_img_193/Anater.pdf >. Acesso em 25 fev. 2020.

____. **Decreto 8.252 de 26 de maio de 2014**. ANATER. 2014 . Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8252.htm >. Acesso em 25 fev. 2020.

____. **Desenvolvimento rural**. Disponível <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300012&script=sci_arttext>. Acesso em 30 Set. 2019.

CALLOU, A. B. F.; LINS, M. L.; PIRES, S.; LEITÃO, M. R. A.; SANTOS, M. S. T. O estado da arte do ensino da extensão rural no Brasil. **Revista Extensão Rural**, v. 15, n. 16, 2008. Disponível em < <http://w3.ufsm.br/seminarioextensaorural/arqs/art4ed16.pdf> > Acesso em 10 jan. 2020.

CNT. Confederação Nacional de Transportes. Boletim Unificado 2021. Disponível em: <https://cnt.org.br/boletins>. Acesso em 20 de fevereiro de 2021.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Por uma nova extensão rural: fugindo da obsolescência. **Extensão Rural**, n. 2, p. 7-32, 1994.

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. F. Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: **Enfrentar desafios para romper a inércia**. Brasília DF: 2006. Disponível em <<file:///C:/Users/Biblioteca/Downloads/ArtigoCaporalLadjaneVersaoFinal.pdf>>. Acessado em 06 jan. 2020.

CAPRISTANO, M. O. W., SOUZA, R. S. **As organizações frente a políticas em extensão rural no Brasil**. 51º Congresso SOBER, Belém: 2013.

CARDOSO, A. A análise da situação do sector agrário em Angola. In: **Conferência Nacional: O papel da agricultura no desenvolvimento sócio-econômico de Angola**. Luanda, 2004.

CASTRO, C. N.; PEREIRA, C. N. **Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de ATER**. Brasília: IPEA, 2017.

CAVALCANTI, I. F.A. **Tempo e clima no Brasil**. São Paulo: Oficina de textos, 2016.

CARVALHO, T. H. de; FERNANDES, E. A. Demandas de importação e exportação: uma análise para o setor agropecuário brasileiro. **Revista de Desenvolvimento e Políticas Públicas**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 55-69, 2017. DOI: 10.31061/redepp.v1n1.55-69. Disponível em: <https://www.redepp.ufv.br/REDEPP/article/view/14>. Acesso em: 20 fev. 2021.

CERTEAU, M. **A escrita da história**. Forense Universitária, 2002.

CHITÉN, N. A. L.; ZILLI, J. C.. Despacho aduaneiro de importação em Angola: oportunidades e desafios. **Perspectivas Contemporâneas em Administração e Comércio Exterior**, 2018.

CIRILLO, C.; COSTA, L. M. N.; SOARES, F. V. **Compartilhamento de conhecimentos entre o Brasil e a África sobre a proteção social e a segurança alimentar e nutricional**. International Policy Centre for Inclusive Growth, 2016.

COSTA, R. F. R.; COSTA, G. C. Pobres no campo, ricos na cidade? Uma análise multidimensional da pobreza. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 54, n. 3, p. 537-560, 2016.

COSTABEBER, J. A. **Acción colectiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil**. Universidad de Córdoba, Escuela Técnica Superior de Ingenieros Agrónomos y de Montes, 1998.

COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul**. Santa Maria: Editora da UFSM / Pallotti, p. 157-194, 2003. Disponível em: <<http://biblioteca.planejamento.gov.br/biblioteca-tematica-1/textos/desenvolvimento-agrario/texto-35-possibilidades-e-alternativas-do-desenvolvimento-rural-sustentavel.pdf>>. Acesso em: 05 maio de 2020.

DHAKAL, A.; COCKFIELD, G.; MARASENI, T. N. Deriving an index of adoption rate and assessing factors affecting adoption of an agroforestry-based farming system in Dhanusha District, Nepal. **Agroforestry Systems**, v.89, n.4, p.645-661, 2015.

DIESEL, V.; FROEHLICH, J. M.; NEUMANN, P. S.; SILVEIRA, P. R. C. D. Privatização dos serviços de extensão rural: uma discussão (des)necessária? **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.46, n.4, p.1155-1188, 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v46n4/v46n4a10.pdf>> Acesso em 04 mar. 2020.

DINIZ, R. F.; HESPANHOL, A. N. Reestruturação, reorientação e renovação do serviço extensionista no Brasil: a (difícil) implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). **Extensão Rural**, v. 25, n. 2, p. 7-30, 2018.

- DONG, F.; LU, J.; FEATHERSTONE, A. M. **Effects of Credit Constraints on Productivity and Rural Household Income in China**. Iowa State University, 2010.
- EMATER-DF. Relatórios de projetos. Disponível em <http://www.emater.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/rel2014.pdf> Acesso em 20 de setembro de 2020.
- EMBRAPA. Macrologística. Disponível em <https://www.embrapa.br/macrologistica/bacias> Acesso em 20 de fevereiro de 2021.
- FAO. **Caderno de formação** –facilitador em desenvolvimento rural. 2012
- FAO. El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2017. Fomentando la resiliencia en aras de la paz y la seguridad alimentaria. **FAO, Roma**, p. 1, 2017.
- FAO, Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. **A Situação da Segurança Alimentar Ainda é precária para grandes setores da população**. Angola, 1997.
- FAUSTO, B.; FAUSTO, S. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1994.
- FERNANDES, C. I. S. **Análise das estratégias de combate à pobreza em Angola: contributos para um modelo de planeamento e avaliação**. 2017. Instituto Universitário de Lisboa. Programa em estudos africanos (Tese de Doutoramento). Lisboa, 2017
- FIDA – Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola – **Discurso do Ministro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural de Angola**, Gilberto Buta Lutucuta, 26^a sessão do Conselho de Governadores do FIDA, Roma, 19 de fevereiro de 2003.
- FIDA. Fundo de internacional de desenvolvimento agrícola. **Investir na população rural de Angola**. Via paola di dono. Itália. Fevereiro de 2014.
Disponível em:< <https://www.ifad.org/>>. Acesso em: 28. agosto 2020.
- FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** Tradução Oliveira, R.D. 14^a ed. R/J. ed. Paz e Terra, 2010.
- FREITAS, J. S.; LACERDA, J. M. A. F.; COSTA, S. F. Novas direções para a proteção da segurança alimentar na África lusófona? Cooperação técnica entre o Brasil e Angola. **Análise Social**, v. 55, n. 236, p. 560-589, 2020.
- GAJBHIYE, R.; NAIN, M. S.; SINGH, P.; CHAHAL, V. P. Developing linkages for agricultural technology transfer: A case study of research institution and voluntary organization partnership. **Indian Journal of Agricultural Sciences**, v.85, n.6, p.838-44, 2015.
- GALLI, R. E. A crise alimentar e o estado socialista na África Lusófona. **Revista Internacional de Estudos Africanos**, nº 6-7, Lisboa, dez, 1987.
- GUEDES, A.; TORRES, D.; CAMPOS, S. Sustentabilidade e Sustentação da produção de alimentos e o papel do Brasil no contexto global. In: BUAINAIN, Antônio Márcio *et al.* **O**

mundo rural no Brasil do século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, 1ª edição, P. 117-146, 2014.

GOKSU, A.; TRÉMOLET, S.; KOLKER, J.; KINGDOM, B. **Easing the Transition to Commercial Finance for Sustainable Water & Sanitation.** Washington, DC, 2017

GROOT, A.E. **Demistifying facilitation of multi-actor learning processes.** Tesis doctoral. Wageningen University & Research, Wageningen, 2002.

HALLIDAY, F. **Repensando as relações internacionais.** Porto Alegre : UFRGS editora, 1999.

HODGES, T. **Angola: do afro estalinismo ao capitalismo selvagem.** Cascais: Principia. Cascais: Publicações Universitárias e Científicas, 2003.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Evolução da divisão territorial, 2010.** Disponível em: https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/estrutura_territorial/evolucao_da_divisao_territorial_do_brasil/evolucao_da_divisao_territorial_do_brasil_1872_2010/evolucao_da_divisao_territorial_mapas.pdf. Acesso em 22 de fevereiro de 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropec.,** Rio de Janeiro, v. 8, p.1-105, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acesso em: 24 de fev. de 2021.

IFAD. **Agricultural finance in Angola.** 2019. Disponível em: <https://www.ifad.org/en/web/operations/country/id/angola>. Acesso: Out., 2019.

INE. Instituto Nacional de Estatística de Angola. **Noções Gerais sobre o Recenseamento Geral da População e Habitação - Mobilização Social.** Luanda: Instituto Nacional de Estatística, 2014

INE. Instituto Nacional de Estatística de Angola. **Resultados Definitivos do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola.** Luanda: INE, 2016.

IOE. República da Angola. **Avaliação da Estratégia e do Programa do País.** 2017. Disponível em <<https://www.ifad.org/documents/38714182/40296310/Full+document+-+Portuguese.pdf/7d67cb9b-a30a-4b15-81c2-3ffdd876d6f7>> Acessado em 20 de outubro de 2019.

KAGEYAMA, A. Os rurais e os agricultores de São Paulo no Censo de 2000. **Cadernos de Ciência e Tecnologia,** Brasília, DF, v. 20, n. 3, p. 413-451, set./dez. 2003.

JONES, R. W. Problem-based Learning: Description, Advantages, Disadvantages, Scenarios and Facilitation. **Anaesthesia and Intensive Care,** Vol. 34, No. 4, August 2006.

JOVER, E.; PINTOS, A. L.; MARCHAND, A. **Perfil do Setor Privado do País.** Angola 2012. Disponível em: Acesso em: 18 de ago.2020.

LANDINI, F. P. Problemas enfrentados por extensionistas rurais brasileiros e sua relação com suas concepções de extensão rural. **Ciência Rural**, v. 45, n. 2, p. 371-377, 2015.

LASSWELL, H. La orientación hacia las políticas y, La concepción emergente de las ciencias de las políticas. IN: AGUILAR VILLANUEVA, L. **El estudio de las políticas públicas**, p. 79-118, 1992.

LEAL, M. G. S.; BRAGA, G. M. A formação de profissionais para a extensão rural: um recorte no estudo de projetos políticos para a modernização da agricultura e da educação no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 35, n. 1, p. 119-137, 2019.

LOBÃO, M. S. P.; STADUTO, J. A. R. Perspectivas sobre o Desenvolvimento Rural Brasileiro: notas teóricas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 39, n. 135, p. 13-27, 2018.

MANZAMBI, M. F. M. **A Importância dos Centros de Logística e Distribuição no Sector Agrícola de Perecíveis no Mercado Angolano**. Tese (de Doutorado). Instituto Politécnico de Setúbal. Escola Superior de Ciências Empresariais, 2015.

MAIATO, Adelaide Graça TChacussuñgama. **O papel da agricultura de conservação na luta contra a erosão do solo em particular em Angola**. Dissertação (Mestrado). Universidade de Évora, 2016.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Agrostat: Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro 2015**. Brasília: MAPA, 2015. Disponível em: <http://indicadores.agricultura.gov.br/agrostat/index.htm>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2020.

MAGAJA, D.; AGAI, G. O. **Access to finance for inclusive agri-business development**. Angola, 2018.

MARCELINO, H.; MORAGADO, M. de La-S. Contribuição da cooperação brasileira na promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação em África – o caso de Angola. **Textos para Discussão**. Rio de Janeiro: CERESAN, 2015.

MARINHO, C.M.; FREITAS, H.R. Utilização de Metodologias Participativas nos processos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): Fundamentos teórico-práticos. **Revista de Extensão da UNIVASF** - Volume 3, número 2, jul. 2015.

MBOMBA, M. G.; HENRIQUES, P.D.; REGO, M.C.; CARVALHO, M.L.S. Desenvolvimento rural e a redução da pobreza. **Revista Angolana de Sociologia**, v. 4, p. 67-86, 2009.

MENDONÇA, B. T. P. B. **Brasil-Angola: cooperação para o desenvolvimento agrícola: pistas para o futuro**. 2016. Tese de Doutorado. Instituto Superior de Economia e Gestão.

MWAIKAFANA, A. N. **Políticas públicas e desafios no meio rural angolano: promoção do desenvolvimento sustentável na aldeia de Ondova (Kwanyama; Kunene)**. 2018. Dissertação de Mestrado. Universidade de Évora.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo: USP, v. 16, n. 43, 2001.

NETO, S. **Reflexões sobre as relações de cooperação Brasil-Angola**. UnB. Dissertação de Mestrado, 2005.

NETO, M. C. Angola - The historical context for reconstruction. in ROBSON, P. (org.) **Communities and reconstruction in Angola**. Canada: Development Workshop: 23 – 50, 2006.

NEY, Jr., J. S. **Understanding International Conflicts**. New York: Longman, 1997.

OLINGER, G. **Métodos de extensão rural**. Santa Catarina: EPAGRI, 2001.

OLIVEIRA, G. R.; DE ARAÚJO, F. M.; DE QUEIROZ, C. C. A importância da assistência técnica e extensão rural (ATER) e do crédito rural para a agricultura familiar em Goiás. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 37, n. 3, p. 528-551, 2017.

OLIVEIRA, M. M. As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil. **Cadernos de Ciências e Tecnologia, Brasília**, v.16, n.02, p. 97 – 134 maio/agosto, 1999. Disponível em < <http://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8898/5020> >. Acesso em 25 de Set. 2019.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) Angola**. 2018. Disponível em: <http://onuanguola.org/IDH>. Acesso em: 20 de ago. 2019.

PACHECO, F.; CARVALHO, M. L. S.; HENRIQUES, P. D. **Contribuição para o debate sobre a sustentabilidade da agricultura angolana**. 2013.

PAIN, R. S. **Desafios da Participação Social em um País de Conflito Agudo**: Estudo a partir da ONG Angolana Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), 2007.

PEIXOTO, M. **Extensão rural no Brasil – uma abordagem histórica da legislação**. Disponível em <<http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao>>. Acesso em 05 mai. 2019.

PNUD. Índice de Desenvolvimento Humano. IDH. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Disponível em:< <http://www.pnud.org.br/index.php>, 2017. Acesso em: 20 de agosto de 2019.

PINHO, C. E. S. Cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento: as relações Brasil-África na promoção de políticas públicas (2203-2012). **Observador On-Line**, 9(2), pp. 1-29, 2014.

PINTO, J. N. S. **A construção da política de segurança alimentar e nutricional em Angola**. Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (Dissertação de mestrado). Seropédica: UFRJ, 2008.

RAMOS, P. Propriedade, estrutura fundiária e desenvolvimento (rural). **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, p. 141-156, 2001.

REIS, C. F. C. **Fontes de Financiamento Externas O caso agroalimentar em Angola**. 2019. Instituto Superior de Gestão (Tese de Doutorado). Angola, 2019.

RELA, J. M. Z. **Angola: o futuro já começou**. Luanda: Nzila, ed. 2, 2005.

RESENDE, A. V.; SHIRATSUCHI, L. S., VILELA, M. D. F., COELHO, A., CORAZZA, E., Inamasu, R. Y., ... ; NAIME, J. D. M.. Agricultura de precisão no Brasil: avanços, dificuldades e impactos no manejo e conservação do solo, segurança alimentar e sustentabilidade. In: **Embrapa Pecuária Sudeste-Artigo em anais de congresso (ALICE)**. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE MANEJO E CONSERVAÇÃO DO SOLO E DA ÁGUA, 18., 2010, Novos caminhos para agricultura conservacionista no Brasil: anais. Teresina, PI: Embrapa Meio-Norte: Universidade Federal do Piauí, 2010.

REVISTA ÁFRICA E AFRICANIDADES - Ano I - n. 3 - Nov. 2008. Disponível em: < www.africaeaficanidades.com> . Acessado em maio de 2020

ROCHA, Manuel José Alves. **Os limites do crescimento económico em angola**. Luanda: Ed mayamba, 2012.

ROS, C. A. Gênese, desenvolvimento, crise e reformas nos serviços públicos de extensão rural durante a década de 1990. **Mundo Agrário**, La Plata, v. 13, n. 25, 2012.

ROSS, J. L. S. **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1996.

ROSA, S. I. **Projeto Angola-Brasil e o Paradoxo da Abundância**. 2011. (Tese de Doutorado). Programa de pós-graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, Campos dos Goytacazes: Universidade Campos Mendes, 2011.

RUAS, J. A. Resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. *Revista da ANPEGE* (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia), Fortaleza, n. 2, p. 45-66, 2005. Disponível em: < <http://anpege.org.br/revista/ojs-2.2.2/index.php/anpege08/article/view/81/41>> Acesso em 17 jun. 2020.

SAKAMOTO, C. S; NASCIMENTO, C. A.; MAIA, A. G. As Famílias Pluriativas e Não Agrícolas no Rural Brasileiro: condicionantes e diferenciais de renda. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília , v. 54, n. 3, p. 561-582, Setembro. 2016.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. 10. ed., São Paulo: Basterseler, 2002.

SANTANA, H. S. P. Políticas públicas e desenvolvimento local em Angola, sua influência na vida do cidadão. **Revista Internacional de Ciências, Tecnologia e Sociedade**, v. 3, n. 2, p. 49-63, 2020.

SANTOS, P.S.; AZEVEDO, D. B., ALVES; L. G. S.; MAGALHÃES, L. L. K. Modelos tecnológicos aplicados na agropecuária brasileira e suas dimensões sociotécnicas e ambientais. **Desafio Online**, v. 5, n. 2, 2017.

SERRA, A. S. **Pobreza multidimensional no Brasil rural e urbano**. 2017. 1 recurso online (161 p.). Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP, 2017.

SHNEIDER, S.A. **Abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas, sociológicas**, Porto Alegre, 2004.

SHANKLAND, A.; GONÇALVES, E. Imagining agricultural development in southsouth cooperation: the contestation and transformation of ProSAVANA. **World Development**, v. 81, p. 35-46, 2016.

TEIXEIRA, C. S. Análise e avaliação das políticas públicas: seu impacto no desenvolvimento local em Angola. **História: Debates e Tendências**, v. 15, n. 1, p. 21-29, 2015.

TIAMIYU, S. A.; USMAN, A.; UGALAH, U. B. Adoption of On-farm and Post-harvest Rice Quality Enhancing Technologies in Nigeria. **Tropicicultura**, v.32, n.2, p.67-72, 2014.

TVEDTEN, I.; LÁZARO, G.; JUL-LARSEN, E.; AGOSTINHO, M.. A pobreza urbana em Luanda, Angola. **CMI Report**, 2018.

VAN DER PLOEG, J. D.; RENTING, H., BRUNORI, G., KNICKEL, K., MANNION, J., MARSDEN, T., ... & VENTURA, F. Rural development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, v.40, n.4, out. 2000. Disponível em: Acesso em: 21 nov. 2019.

VEIGA, J. E. Desenvolvimento rural: o Brasil precisa de um projeto. In: **Anais do 36º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Poços de Caldas, MG**. 1998. p. 153-186.

VIEIRA FILHO, J. E. R. **Sustentabilidade Produtiva Do Agronegócio Brasileiro**.

VIEIRA, S. C.; BERNARDO, C. H.; LOURENZANI, A. E.; SATOLO, E. G. The history of rural extension in Brazil: from reproduction to reflection. **Historia Actual Online**, n. 52, p. 45-56, 15 jun. 2020.

VIEIRA, S. C. **O papel do extensionista no fluxo bilateral de informações entre pesquisadores do agronegócio e produtores rurais**. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento. Tupã: PGAD, 2016.

VIDAL, N.; ANDRADE, J.P. **Economia Política e Desenvolvimento em Angola**. Coimbra: CES - Universidade de Coimbra, 2011.

VILAS-BÔAS, J. C. **A presença de empresas brasileiras na África: incentivos atrativos e motivações**. Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

YUSUF, K. A.; CALDARELLI, C. E. Pobreza monetária no Brasil, urbana e rural, de 2012 a 2018. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 10, p. 810-832, 11 ago. 2020.

ZARNOTT, A. V. DALBIANCO, V. P.; NEUMANN, P. S.; FIALHO, M. A. V. **Avanços e retrocessos nas políticas de extensão rural: análise crítica sobre a Anater**. 53º Congresso SOBER. João Pessoa. 2015.

Disponível em <<http://icongresso.itarget.com.br/tra/arquivos/ser.5/1/5277.pdf>>. Acesso em ago. de 2020.